

**UNIVERSIDADE DE CAXIAS DO SUL**  
**ÁREA DO CONHECIMENTO DAS HUMANIDADES**  
**LICENCIATURA EM HISTÓRIA**

**KARINE RAMPANELLI**

**MORAL E SEXUALIDADE EM CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 30:  
PROSTITUIÇÃO E PODER**

**CAXIAS DO SUL**

**2018**

**KARINE RAMPANELLI**

**MORAL E SEXUALIDADE EM CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 30:  
PROSTITUIÇÃO E PODER**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento das Humanidades.

Orientadoras Professora Dr. Luiza Horn Iotti

Professora Dr. Eliana Rela

**CAXIAS DO SUL**

**2018**

**KARINE RAMPANELLI**

**MORAL E SEXUALIDADE EM CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 30:  
PROSTITUIÇÃO E PODER**

Monografia apresentada como parte das exigências para obtenção de graduação em Licenciatura em História pela Universidade de Caxias do Sul, na Área de Conhecimento das Humanidades.

Aprovada em        de dezembro de 2018

Banca Examinadora

---

Orientadora Professora Dr. Luiza Horn Iotti

Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Orientadora Professora Dr. Eliana Rela

Universidade de Caxias do Sul - UCS

---

Professora M.<sup>a</sup> Daiana Cristani

Universidade de Caxias do Sul - UCS

## **AGRADECIMENTOS**

Agradeço, inicialmente, ao ex-presidente Lula por ter-me proporcionado o ProUni, pois de outra maneira eu não teria acesso ao Ensino Superior.

À professora Luiza Horn lotti, que não me deixou desistir do tema quando julguei que não seria possível levá-lo adiante, e à professora Eliana Rela por todo o apoio e ajuda nesse processo.

Agradeço à equipe do IMHC/UCS, em especial à Daiana Cristani, por sua compreensão e disponibilidade, e por ter facilitado muito a pesquisa com as fontes.

À meu pai e à Izabel, pessoas maravilhosas que me deram o apoio financeiro e emocional sem o qual esses últimos anos não teriam sido possíveis.

E, por fim, aos meus amigos, em especial a Alessandra Cardoso, a Rubia Hoffmann, a Vanessa Araldi, a Vitória da Silva e o Artur Vieira da Silva, por seu apoio incondicional e paciência para lidar comigo nessa confusão que foram os meses de pesquisa e redação.

*“Mas não estaremos perdidos, e venceremos,  
se não tivermos desaprendido a aprender”*  
(Rosa Luxemburgo)

## RESUMO

A prostituição é uma prática milenar que passou por diversos julgamentos no decorrer da história, de acordo com a mentalidade e as condições de cada época, sendo até hoje considerada um tabu. Essa monografia tem por objetivo analisar as relações envolvendo moral e honra feminina expostas na prática da prostituição em Caxias do Sul na década de 1930, utilizando como fontes processos judiciais, que se encontram no Centro de Memória Regional do Judiciário (CMRJU/IMHC/UCS), e jornais da época. As representações que o judiciário fez a respeito dos envolvidos evidenciam as contrariedades e ambiguidades existentes na sociedade e nas relações de poder, em especial, as relações de gênero. Representações embasadas em concepções como a manutenção da família e dos bons costumes, e no estabelecimento de normas e limites rígidos para o papel feminino e masculino.

**Palavras-chave:** Gênero. Prostituição. Moral. Sexualidade.

## SUMÁRIO

|          |  |           |
|----------|--|-----------|
| <b>1</b> | <b>INTRODUÇÃO .....</b>  | <b>7</b>  |
| <b>2</b> | <b>O BRASIL NA DÉCADA DE 30 E AS QUESTÕES DE GÊNERO .....</b>  | <b>12</b> |
|          | 2.1 GÊNERO COMO ANÁLISE HISTÓRICA .....  | 12        |
|          | 2.2 ERA VARGAS E AS QUESTÕES DE GÊNERO .....   | 14        |
| <b>3</b> | <b>A HONRA FEMININA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE 1890 A 1930..</b>                                     | <b>23</b> |
|          | 3.1 BELA, RECATADA E DO LAR .....  | 24        |
|          | 3.1.1 O consenso .....   | 26        |
|          | 3.1.2 A coerção: a legislação vigente na década de 1930 .....  | 34        |
| <b>4</b> | <b>CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 30 E A MORAL FEMININA:<br/>PROSTITUIÇÃO .....</b>                        | <b>38</b> |
|          | 4.1 A DÉCADA DE 30 E OS SEGMENTOS MÉDIOS DA POPULAÇÃO ...  | 38        |
|          | 4.2 A RELIGIÃO, A MORAL E A PROSTITUIÇÃO: EM NOME DA FAMÍLIA<br>E DOS BONS COSTUMES (PARA QUEM?) ..... | 42        |
| <b>5</b> | <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS .....</b>  | <b>57</b> |
| <b>6</b> | <b>FONTES CONSULTADAS .....</b>  | <b>59</b> |
| <b>7</b> | <b>REFERÊNCIAS .....</b>   | <b>60</b> |

## 1. INTRODUÇÃO

A prostituição é uma prática milenar que passou por diversos julgamentos no decorrer da história, de acordo com a mentalidade e condições de cada época. Atualmente ainda é vista como um tabu, onde se debatem questões como a moralidade, os costumes, a condição de ser ou não um trabalho digno e a necessidade de políticas públicas destinadas à erradicação ou a regulamentação da prática.<sup>1</sup>

Essa discussão perpassa necessariamente a questão de classe, já que muitos que entram para esse *mercado* não têm outras opções de trabalho que possam garantir sua sobrevivência. E também precisa levar em conta o problema de gênero, visto que a grande maioria das pessoas ligadas à prática da prostituição são mulheres e que tudo que envolve o corpo e a sexualidade feminina sempre levantou diversas reações em nome da moral, da família e dos bons costumes, havendo uma diferença palpável no modo como homens e mulheres se relacionam com a temática e sua representação e assimilação na sociedade.

A partir disso, buscou-se um tema de pesquisa que pudesse unir a temática da prostituição com a história de Caxias do Sul, área de interesse da pesquisadora, em um período que tivesse maior significação na história da cidade.

O tema dessa pesquisa, portanto, diz respeito às relações existentes entre a concepção de moral, honra feminina e a prostituição em Caxias do Sul na década de 1930, refletida nos processos judiciais encontrados no Centro de Memória Regional

---

<sup>1</sup> Em 2012, o deputado Jean Wyllys lançou a PL 4211/2012 buscando a regulamentação da profissão de profissional do sexo, com a justificativa de que na atual lei a prostituição é posta no mesmo nível da exploração sexual, que, segundo ele, deve ser a única a ser combatida porque fere a dignidade da pessoa humana, enquanto que a prostituição, como prática autônoma ou em forma de cooperativas, se legalizada, viria a ser regulamentada pelo Estado, tirando essas mulheres da ilegalidade e garantindo acesso aos direitos básicos, como aposentadoria, Segurança do Trabalho e políticas públicas de saúde.

do Judiciário (CMRJU/IMHC/UCS)<sup>2</sup>. Segundo Da Canal e Wenczenovicz, ao se referir à região norte do Rio Grande do Sul,

[...] nota-se uma carência de pesquisas enfocando o gênero feminino na historiografia sulina e regional, em que só há breves aparições das mulheres ou no âmbito coletivo das imigrações, de movimentos sociais, figurando junto às multidões, quase que despercebida enquanto mulher, ou então no âmbito da individualidade, quando obtém relevância pessoal. (2012, p. 34)

Essa carência vem diminuindo nos últimos anos em decorrência da utilização de diferentes fontes, documentações, pesquisas e publicações que trazem novos olhares a respeito das mulheres, colocando como enfoque questões como a moral, a sexualidade e o próprio conceito de feminilidade e honra feminina.

A delimitação do período da pesquisa ocorreu pelo fato de a cidade de Caxias do Sul passar na década de 1930 por um processo de industrialização e de maior representação na região. Esse período representou para a cidade a ascensão dos segmentos médios da população, majoritariamente composto por imigrantes italianos e seus descendentes, ao poder, principalmente na forma da participação política e administrativa direta entre as elites empresariais locais, o poder público municipal e o governo desenvolvimentista de Vargas.

E é nesse contexto que se percebe uma maior concentração das chamadas “casas não-familiares” na região central de Caxias do Sul, o que suscita diversos questionamentos a respeito da relação existente entre os sujeitos envolvidos nessas relações e a mentalidade da época, muito pautada nos princípios morais de honra e bons costumes do catolicismo, a religião oficial.

Para possibilitar essa análise, é necessário perceber as relações existentes entre esses sujeitos, que vão desde as prostitutas, “personagens principais”, considerando os diferentes graus de envolvimento entre aquelas presentes; as

---

<sup>2</sup>Importante esclarecer, inicialmente, que o Centro de Memória Regional do Judiciário foi criado em 2001, através de um convênio entre o Tribunal de Justiça do Estado do RS e a Universidade de Caxias do Sul. Ele busca “contribuir nas atividades de conservação, pesquisa e divulgação do acervo documental histórico, para o aprimoramento da difusão da reflexão historiográfica sobre a memória e a identidade do Poder Judiciário” (CMRJU/IMHC/UCS). Ele possui um grande acervo relacionado à Comarca Caxias e cidades da região e proporciona diversas possibilidades de pesquisa interdisciplinares relacionando a História e/ou outras áreas do conhecimento com a memória do judiciário.

alcoviteiras, que eram majoritariamente mulheres, julgadas por um suposto “ataque” à moral; os autores desses julgamentos; as pessoas relacionadas com a Polícia, envolvidas na apuração, desenvolvimento e conclusão dos processos analisados; a representação que o judiciário criou a respeito dessas situações; e também àqueles a quem os supostos “desvios” das prostitutas se mostravam um ataque à ordem estabelecida, ou seja, a família, que também é composta por sujeitos que têm um papel a corresponder na sociedade. Isso implica diversas relações de gênero envoltas no que o contexto social da época construiu sobre os papéis feminino e masculino e os sujeitos envolvidos.

Neste sentido, entender o que é gênero e como esse conceito pode ser utilizado na análise histórica é fundamental. Para Natalie Davis, o objetivo da análise através do gênero “é descobrir o leque de papéis e de simbolismos sexuais nas diferentes sociedades e períodos, é encontrar qual era o seu sentido e como eles funcionavam para manter a ordem social ou para mudá-la”(DAVIS, 1975-76, apud. SCOTT, 1995, p. 72) Portanto, não se pode analisar a história da prostituição em Caxias do Sul, sem estabelecer uma relação entre os sujeitos envolvidos, seja direta ou indiretamente, no processo e as causas e consequências dessas relações, presente especialmente na representação desses sujeitos na sociedade.

Para tal, partiu-se de alguns questionamentos: será que a prostituição em Caxias do Sul foi um fato comum na década de 30, levando-se em conta as concepções de moralidade e honra que eram vigentes? A que segmento da sociedade essa prática viria a atingir? Como se dava a relação entre a moral pregada nos discursos e a prática da prostituição? Como eram vistas pela sociedade as mulheres envolvidas direta ou indiretamente nesse meio? E os homens?

O primeiro passo para a pesquisa foi o levantamento de fontes no CMRJU/IMHC/UCS, que conta com um acervo de processos provenientes da Comarca de Caxias do Sul, alguns relacionados à prostituição. Lá foram escolhidos dois processos que possuíam ligação com a questão da prostituição, seja direta ou indiretamente. Segundo Keila Grinberg, quando lidamos com processos judiciais “é fundamental ter em conta o que é considerado crime em diferentes sociedades e como se dá em diferentes contextos e temporalidades, o andamento de uma

investigação criminal, no âmbito do poder judiciário” (2009, p. 122). Um *processo criminal* origina-se, normalmente, com uma queixa, dando início a um *inquérito policial*, que buscará comprovar a existência ou não do crime, e será levado à *juízo*, quando esse for confirmado, ou encerrado, se não. Ao fim de todo o processo, profere-se a *sentença*. Entender a legislação é fundamental, nesse caso, para o andamento da pesquisa, já que permite compreender as interpretações e julgamentos feitos durante e pelos processos e a sua recepção na sociedade.

A eles buscou-se relacionar outras fontes, como os jornais do período, sendo eles: o jornal A Época, de 1938-39; o jornal A Luneta, de 1933; o Caxias Jornal, de 1933-34; e o jornal O Momento, de 1933-39.<sup>3</sup> Estes se mostram importantes no sentido de que são uma possível representação do que uma parcela da população, aquela à quem os jornais eram destinados, entendia como relevante nos acontecimentos, ideais, eventos e debates relacionados à sociedade onde convíviam.

Após isso, estabeleceu-se alguns critérios sobre o contexto histórico a ser estudado e a linha historiográfica a qual a pesquisa viria ao encontro, ficando estabelecidos os capítulos na seguinte ordem: o primeiro sendo o Brasil na década de 30 e as questões de gênero; o segundo a honra e a legislação brasileira de 1890 a 1930; e o terceiro a moral feminina no contexto de Caxias do Sul na década de 30.

No primeiro capítulo busca-se contextualizar como se desenvolveram as relações de gênero dentro do contexto da década de 1930, a nível nacional, principalmente a partir da análise de Boris Fausto sobre a Primeira República e as modificações sociais que levaram à Revolução de 1930. Cabe também à pesquisa a contribuição de Céli Regina Jardim Pinto a respeito da primeira onda feminista no Brasil e de demais autoras e autores que trazem um enfoque sobre a participação das mulheres na vida pública, seja na literatura, nos movimentos sociais ou na entrada em grande escala das mesmas nas fábricas e indústrias, seus resultados e consequências na sociedade.

---

<sup>3</sup>Os jornais analisados foram encontrados no site do Arquivo Histórico da Câmara Municipal de Caxias do Sul que conta com acervo digital de fontes documentais e iconográficas sobre a cidade, principalmente voltado para pesquisadores, porém, com acesso livre para toda a população que disponha de conexão com internet. Centro de Memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul.

No segundo capítulo será analisado como as concepções de honra e moral femininas foram construídas e representadas no Rio Grande do Sul, principalmente a partir da legislação penal, assim como as instâncias da sociedade civil que contribuíram direta ou indiretamente para a manutenção e permanência dessas relações de poder, especificando o caso das regiões colonizadas pela imigração italiana, iniciada a partir de 1975, que vem a abarcar a cidade de Caxias do Sul.

Por fim, no terceiro e último capítulo busca-se analisar as obras e fontes disponíveis sobre a prostituição em Caxias do Sul, por meio da problemática do gênero e os aspectos que tomam as relações de poder envolvidas e a sua representação na sociedade.

## 2. O BRASIL NA DÉCADA DE 30 E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Se quisermos compreender como se constroem as relações de poder entre homens e mulheres, permeadas pelas questões de raça e classe, aplicando isso para o contexto brasileiro da década de 30, precisamos entender o conceito de gênero como uma categoria para a análise histórica.

### 2.1 GÊNERO COMO ANÁLISE HISTÓRICA

O gênero como categoria de análise foi se construindo a partir da emergência da História das Mulheres, com a segunda onda do feminismo, entre as décadas de 1960 e 1980. Foi em sua fase inicial, mas não só, que as historiadoras e historiadores que seguiram essa linha confrontam-se frente a um problema: o de escrever uma História das Mulheres que não fosse meramente descritiva, mas que possibilitasse análises para além da categoria de *mulheres*, visto que a História das mulheres também está envolvida na História Econômica, Política e nas demais áreas. Louise Tilly, ao citar algumas obras<sup>4</sup> produzidas seguindo esses critérios, explicita que as mesmas “sublinham as interações existentes entre esses fatores e as transformações mais globais das estruturas políticas e econômicas, mantendo sempre os atores sociais no centro do estudo.”(1994, p. 39).

Outra característica dos estudos iniciais que precisou ser superada foi a concepção de distinção entre a história das mulheres em relação à história dos homens. A isso, Scott traz a crítica de que essa concepção de distinção impediu muitos estudos feministas anteriores à década de 1970 de abarcar de forma mais aprofundada e menos isolacionista as relações de gênero. Nathaly Davis, citada pela autora, mostra essa problemática ao escrever que

---

<sup>4</sup>São, respectivamente: STANSELL, Christine. *City of Women: Sex and Class in New York, 1789-1860*. New York: Knopf, 1986; WHITE, Debora Gray. *Aren't I a Woman? Female Slaves in the Plantation South*. New York: W.W. Norton, 1985; GLENN, E. Nakano. *Issei, Nisei, War Bride: Three Generations of Japanese American Women in Domestic Service*. Philadelphia, Temple University Press, 1986.

Eu acho que deveríamos nos interessar pela história tanto dos homens quanto das mulheres, e que não deveríamos trabalhar unicamente sobre o sexo oprimido, do mesmo jeito que um historiador das classes não pode fixar seu olhar unicamente sobre os camponeses. Nosso objetivo é entender a importância dos sexos dos grupos de gênero no passado histórico. Nosso objetivo é descobrir a amplitude dos papéis sexuais e do simbolismo sexual nas várias sociedades e épocas, achar qual o seu sentido e como funcionavam para manter a ordem social e para mudá-la. (DAVIS, 1975-76, apud. SCOTT, 1995, p. 72).

Essas concepções geraram polêmica na academia, enquanto vistas como uma fala marcada<sup>5</sup> por uma ideologia, indo ao encontro com a história pretensamente “neutra” da historiografia, que de neutra mesmo não tem nada, já que, como afirmam Ferreira e Franco “Sempre que falamos de história, estamos nos referindo ao que já aconteceu, mas que é sempre revisto por meio de interpretações e reelaborações conforme as perguntas que cada época faz”(2013, p.14).

Sendo assim, o fato de se colocar em evidência a História Política, a História Econômica, em detrimento da História das Mulheres, sem nem mesmo incluí-las em sua análise, carrega em si a marca de uma História que não vê nas mulheres sujeitos históricos. Portanto, pautada, também, por uma ideologia.

A partir desses pressupostos, a análise através do gênero viria como uma forma de integrar a história das mulheres dentro de uma História Social que “coloque problemas, descreva e analise os dados disponíveis, e explique. Uma história que trate das grandes questões históricas e contribua para resolver problemas já inseridos na agenda da história” (TILLY, 1994, p. 52), indo contra a ideia do determinismo biológico, ao expor que as relações de gênero são parte de uma construção histórica, e não algo natural devido a diferença biológica existente entre os sexos<sup>6</sup>, como era defendido até então.

---

<sup>5</sup>Céli Regina Jardim Pinto ao se referir à condição da mulher nos espaços políticos, afirma que, “quando uma mulher fala, sua fala tem uma marca: é a fala de uma mulher; quando uma mulher feminista fala, tem duas marcas, de mulher e de feminista. A recepção destas falas por homens e mulheres tende a ter a mesma característica, é a recepção de uma fala marcada, portanto particular, em oposição à fala masculina/universal. Se for a fala de uma mulher feminista, é o particular do particular”.(2010, p.20)

<sup>6</sup>Sobre o assunto, contribui Scott ao apontar que “Com a proliferação dos estudos sobre sexo e sexualidade, ‘gênero’ tornou-se uma palavra particularmente útil, pois oferece um meio de distinguir a prática sexual dos papéis sexuais atribuídos às mulheres e aos homens. Ainda que os/as

E entender essa construção se torna importante para perceber como se dão as relações de poder, suas causas e consequências, suas formas de consenso e coerção e como elas se perpetuam no poder, assim como o papel de cada um dentro desse processo.

## 2.2 ERA VARGAS E AS QUESTÕES DE GÊNERO

Após as dissidências entre as grandes oligarquias cafeicultoras pela insistência de Washington Luís, ao fim de seu mandato presidencial, em apoiar a candidatura de Júlio Prestes, um paulista<sup>7</sup>, deu-se o estopim para o fim da República Velha.

Não que o período não fosse marcado por revoltas e manifestações populares, a exemplo da Revolução Federalista ocorrida entre 1893-95, no Rio Grande do Sul, onde liberais opositores do Partido Republicano Rio-grandense fundaram o Partido Federalista, composto majoritariamente por uma “elite mais recente que irrompia na política disposta a monopolizar o poder” (FAUSTO, 1996, p. 255). Sua principal pauta era a revogação da Constituição estadual e a instauração, em seu lugar, de um governo parlamentar. Aliados a eles estavam, também, os integrantes da Revolta da Armada, no Rio de Janeiro, iniciada pela rivalidade existente entre o Exército e a Marinha, que marcou o declínio da influência dos militares no governo da época.

Mais ao nordeste do país, ocorreram também revoltas, dessa vez ligadas à terra e à religião, como a Revolta de Canudos, em que 30 mil homens e mulheres

---

pesquisadores/as reconheçam a conexão entre sexo e aquilo que os/as sociólogos/as da família chamaram de ‘papéis sexuais’, esses/as pesquisadores/as não postulam um vínculo simples ou direto entre os dois. O uso de ‘gênero’ enfatiza todo um sistema de relações que pode incluir o sexo, mas não é diretamente determinado pelo sexo, nem determina diretamente a sexualidade.” (1995, p.75-76).

<sup>7</sup>Essa dissidência provinha da valorização da cafeicultura paulista pelo governo, em detrimento dos outros Estados, Rio Grande do Sul e Minas Gerais em especial. Durante esse período, São Paulo passava pela crise do café, causada pela baixa das exportações e pelo aumento das safras, o que diminuía o valor monetário da semente. Durante esse período, o governo assumiu a responsabilidade pela compra e estoque das sacas, aguardando uma nova valorização para voltar a exportar, porém, para isso, precisou financiar o projeto, o que contribuiu para o endividamento e diminuição de gastos com os outros Estados.

sertanejos se uniram ao beato Antônio Conselheiro na cidade de Canudos, em 1893, derrotando por três vezes as tropas Estaduais e Federais, mandadas para dar cabo do movimento acusado de pregar a volta da Monarquia, até 1897, quando foram arrasados pela expedição do general Arthur Oscar. Fausto, ao se referir à suposta luta da civilização contra a barbárie, como era entendido o fim de Canudos pelos republicanos, explicita que havia muito mais barbárie “entre aqueles homens instruídos que tinham sido incapazes de entender a gente sertaneja” do que nos revoltosos, mostrando também a forma como aqueles que dominam tem de subjugar os dominados, não só fisicamente, mas também culturalmente, na forma da deslegitimação da luta, ao considerá-los bárbaros, em contraposição à suposta civilização de quem está no poder. Deslegitimação essa que perseguiu desde o início os movimentos sociais e, principalmente, os movimentos das mulheres e o feminismo, em particular.

Outros movimentos de considerável importância foram os de cunho religioso, aliados à carência social, como o de Juazeiro, no Ceará, que perdurou de 1872 até 1924, mas que, ao contrário de outras revoltas, como o Contestado e as greves nas fazendas de café, esteve diretamente ligada ao sistema dominante, já que seu líder, Padre Cícero Romão Batista, cumpria também o papel de coronel.

Essa relação com o coronelismo foi característica desse período. Segundo Fausto (1996, p.263), “Do ponto de vista eleitoral, o “coronel” controlava os votantes em sua área de influência. Trocava votos em candidatos por ele indicados por favores tão variados como um par de sapatos, uma vaga no hospital ou um emprego de professora.” Em uma época em que a Abolição da Escravatura era algo muito recente e que não garantiu uma efetiva integração da população ex-escrava na sociedade, receber um par de sapatos possuía muito mais significação do que se pensarmos isso a partir dos preceitos de hoje. Assim como uma vaga em um hospital, quando os únicos que podiam adquirir isso eram a elite, e um emprego de professora, quando as mulheres eram impelidas a atuar apenas no espaço privado ou se sujeitar às péssimas condições das fábricas.

E se refletirmos a situação a partir da compra de votos e clientelismo<sup>8</sup> do Estado, em relação à cargos e serviços, veremos que o sistema ainda está bastante presente, apenas se remodelando conforme o contexto político, social, cultural e econômico.

Outro movimento expressivo durante o período foi o dos operários que, apesar de bastante localizado e regionalizado por conta do fraco desenvolvimento da indústria até Vargas, ainda assim se organizou em sindicatos e associações e protagonizou greves e manifestações em várias regiões do país.

As trabalhadoras também tiveram sua participação nessas greves, visto que grande parte do proletariado das fábricas era composto por mulheres, a quem os patrões pagavam um salário inferior, já que, segundo Luz e Fuchina, “as mulheres recebiam menos em função de haver a concepção de que deveriam ser providas pelo marido ou homem da casa, não necessitando deste modo, ganhar à mesma quantia salarial” (2018, p.7). Desse modo, suas demandas eram diferentes e exigiam uma dupla luta contra a repressão sofrida pelos patrões e contra a própria estrutura de sociedade em que estavam inseridas, onde a mulher não era considerada.

Outro acontecimento concomitante às greves era o descontentamento dos militares em relação à candidatura de Bernardes, principalmente a partir da publicação de supostas cartas<sup>9</sup> onde o mesmo insultava essa categoria. Apesar disso, ele foi vitorioso, e, para descontentamento maior, decretou a prisão de Hermes da Fonseca e o fechamento do Clube Militar.

Essa insatisfação deu origem ao movimento tenentista, cujo nome vem do seu comando, já que era organizado principalmente por oficiais de nível intermediário: tenentes e capitães. Fausto comenta que

Há uma história do tenentismo antes e depois de 1930. Os dois períodos dividem-se por uma diferença essencial. Antes de 1930, o tenentismo foi um movimento de rebeldia contra o governo da

---

<sup>8</sup>Relação que, segundo Fausto “resultava da desigualdade social, da impossibilidade de os cidadãos efetivarem seus direitos, da precariedade ou inexistência de serviços assistenciais do Estado, da inexistência de uma carreira no serviço público.”(1996, p. 263).

<sup>9</sup> As mesmas mostraram-se falsas, quando se assumiu a autoria, em 1922, pouco tempo antes das eleições.

República; depois de 1930, os “tenentes” entraram no governo e procuraram lhe dar um rumo que promovesse seus objetivos. (FAUSTO, 1996, p. 307)

Foi aliado aos integrantes desse movimento e com o apoio do governador de Minas Gerais, que criou-se a Aliança Libertadora, em 1929, que impulsionou Vargas ao poder, através da deposição do presidente eleito, Júlio Prestes. Os revolucionários não apoiavam a forma como era organizada a República, contendo em suas ações a tentativa de assumir o governo para dotar o país de um poder centralizado, já que viam autonomia demais na forma como as oligarquias funcionavam, e seguir uma política vagamente nacionalista, assim como sensibilizar a classe média, o que veio a se tornar um projeto de governo após a sua ascensão (FAUSTO, 1996, p. 314 - 319).

Esse projeto foi se ampliando no decorrer do governo varguista, vindo a incluir um plano de governo voltado também para os trabalhadores e os industriais, como uma forma de resposta às greves operárias e aos problemas da burguesia industrial ainda em formação que emergiram e representavam possíveis enfrentamentos ao seu governo.

Outra categoria com a qual se buscou conversa foi a das mulheres, nesse caso, as elitizadas e da classe média alta, que haviam iniciado, há algumas décadas, o movimento pelo sufrágio<sup>10</sup> no Brasil, na chamada primeira onda<sup>11</sup> do movimento feminista, que tinha como pautas principais a busca por igualdade em relação ao direito à educação, ao trabalho e ao voto.

---

<sup>10</sup>Segundo Gomes, “o sufrágio é a essência dos direitos políticos, porquanto enseja a participação popular no governo, sendo este o responsável pela condução do Estado.” (2008, p. 34, apud SERAFIN, 2012, p. 27). Ele não compreende apenas o direito ao voto, mas também à elegibilidade.

<sup>11</sup>Céli Regina Pinto (2010, p.15-17) compreende que existiram três ondas feministas, sendo a primeira caracterizada pela busca pela cidadania, representada principalmente nos direitos básicos à educação, ao voto e ao trabalho, que se iniciou no final do século XIX e primeiras décadas do século XX; a segunda onda, ocorrida entre as décadas de 1960-80, esteve diretamente ligada ao lançamento do livro *O segundo Sexo*, de Simone de Beauvoir, em 1949, e a percepção das relações de poder existentes entre os sexos, que causam e perpetuam as desigualdades, sendo a busca por igualdade a principal pauta; já na terceira onda, iniciada em 1990 e que perdura até a atualidade, a luta em questão é pelo direito à diferença, reconhecendo que cada categoria possui demandas e necessidades diferentes e que a maior representação e entrada das mulheres na vida política é a única forma de garantir que essas necessidades e desigualdades sejam superadas .

## Segundo Pinto

A partir de 1932, a mulher começou a aparecer na ordem da dominação, do mundo público, como uma persona, que deveria ser controlada. A ela foram atribuídos lugares permitidos e lugares proibidos. Estaria incluída em alguns discursos e excluída em outros. Isto aconteceu por força de dois vetores: a dinâmica da construção recente do Estado nacional no Brasil e do próprio capitalismo e pela força contrária construída pela luta das mulheres, em geral, e do feminismo, em particular. (2010, p.19)

Essa forma de inclusão no Estado Nacional aconteceu a partir da extensão do direito ao voto às mulheres em 1932, com o novo Código Eleitoral brasileiro, resultado de uma luta que já vinha acontecendo desde o final do século XIX, tendo a criação do Partido Republicano Feminino, em 1910, como um de seus marcos. Nesse caso, já se percebe o entendimento que essas mulheres tinham de que o voto era o meio mais fácil de conseguir fazer com que suas causas fossem representadas, em um contexto histórico em que essa forma de participação política não era obrigatória e “o povo, em regra, encarava a política como um jogo entre os grandes ou uma troca de favores” (FAUSTO, 1996, p. 262).

## Pinsky e Pedro avaliam que

A consciência e circulação de ideias feministas aumentou no final do século XIX e início do XX, atravessando mais facilmente as fronteiras locais e nacionais, intensificando as trocas e as redes feministas por meio da imprensa feminina, da tradução de livros e documentos feministas, da criação de associações e encontros nacionais e internacionais, mas também da circulação de mulheres viajantes, imigrantes ou militantes exiladas. (2013, p. 287)

Essa maior circulação de ideias influenciou a percepção de que somente através da luta e da busca por demandas femininas e representação destas dentro do Estado é que se conseguiria uma maior abertura às mulheres. Porém, isso se mostrou complicado, e ainda se mostra hoje, por conta do tipo de Estado existente no país, que era e ainda o é, comandado por um poder majoritariamente masculino em uma cultura em que a mulher é vista como o Outro, ou o *segundo sexo*, como explicitado por Beauvoir ao afirmar que

O homem representa a um tempo o positivo e o neutro, a ponto de dizermos “os homens” para designar os seres humanos, tendo-se assimilado ao sentido singular do vocábulo latino *vir* o sentido geral do vocábulo *homo*. A mulher aparece como o negativo, de modo que

toda determinação lhe é imputada como limitação, sem reciprocidade. (2016, p. 11-12)

Em meio a essa construção do masculino como o *universal* em contraposição ao feminino, o *particular*, lutar pela obtenção de direitos básicos como o sufrágio feminino e o próprio espaço de fala tornou essas mulheres alvo de repressão e silenciamento. A elas designou-se estigmas e estereótipos persistentes até a atualidade, onde as integrantes desses movimentos são vistas como subversivas e imorais, sempre na contrariedade dos bons costumes e do que é entendido como família, visto que esta concepção também é uma construção social, e como tal, pode ser desconstruída.

Exemplos disso são as dezenas de escritoras e autoras que precisavam utilizar pseudônimos para que suas obras fossem publicadas, como Emília Moncorvo Bandeira de Melo, que utilizava o pseudônimo de Carmem Dolores, Julia de Castro ou Leonel Sampaio. Outro caso é Júlia Lopes de Almeida (1862-1934), escritora carioca que chegou a ser cogitada para a Academia Brasileira de Letras, porém foi excluída por ser mulher, em seu lugar sendo eleito seu marido. Suas obras trazem personagens femininas que buscam por uma felicidade que não depende necessariamente do casamento ou da maternidade, mas que se dá no desenvolvimento profissional, sexual e no reconhecimento dos seus direitos como mulher, algo inovador para a época, indo ao encontro e sendo também parte dos resultados da primeira onda do feminismo (OLIVEIRA, 2014, p. 5).

Gilka Machado (1893-1980), que foi contemporânea dos modernistas<sup>12</sup>, foi excluída por estes que a consideravam escandalosa demais para a época, com seus versos eróticos que desafiavam os valores morais vigentes. Houve também Pagu (1910-1962), que fazia parte do partido comunista do Brasil e trouxe para seus romances o operário e as causas sociais; Raquel de Queiroz (1910-2003), primeira mulher a ser eleita para a Academia Brasileira de Letras, apenas em 1977; Cecília Meireles (1901-1964), que fundou a primeira biblioteca infantil do Rio de Janeiro, em

---

<sup>12</sup>Movimento ocorrido entre os intelectuais paulistas que buscavam uma renovação na literatura, na arte, na música e nas demais instâncias da cultura, de forma a “abrasileirá-la”, e cujos membros, posteriormente, compuseram vários cargos no governo de Vargas. Seu maior marco foi a Semana da Arte Moderna, em 1922.

1934; e ainda Henriqueta Lisboa (1901-1985), grande nome da poesia nacional (OLIVEIRA, 2014, p.5-12). Encontra-se também, nesse movimento, Ercília Nogueira Cobra, cujas obras e envolvimento com a prostituição em Caxias do Sul serão objeto de análise do terceiro capítulo.

Enquanto os intelectuais estavam preocupados em inovar as artes então vigentes e trazer novas influências modernistas para chocar a sociedade brasileira, as mulheres escritoras estavam ocupadas com uma literatura mais consciente de si e uma maior reflexão sobre a posição da mulher em uma sociedade patriarcal. Para Oliveira

esse fato nos revela uma contradição dessa sociedade, que, por um lado, gabava-se de seu processo de urbanização e modernização, regada pelos costumes ditados via moda francesa, apregoando o valor de uma suposta intelectualidade e, por outro lado, encontrava-se ainda muito arraigada a valores tradicionais e conservadores do sistema patriarcal e escravocrata brasileiro. (OLIVEIRA, 2014, p. 4-5)

Isso explica também, a falta de mulheres na produção literária da Semana da Arte Moderna, em 1922, já que

Se relacionamos as escritoras mais produtivas daquela década, verificamos como elas estavam distantes do projeto modernista tal como ele foi elaborado, e o quanto estavam envolvidas em um outro projeto - não necessariamente estético - mas principalmente ideológico, visando a emancipação da mulher. (DUARTE, 2011, p. 45, apud. OLIVEIRA, 2014, p. 8)

Não se pode esquecer, nesse caso, que esse movimento por emancipação não atingia a todas as mulheres. Enquanto as autoras citadas e as mulheres da classe média tinham voz para atuar, mesmo que censuradas e mal vistas, as mulheres operárias tinham suas próprias demandas e meios de resistência, assim como as indígenas, negras, imigrantes e agricultoras.

Um exemplo da primeira categoria, foi a organização da “União das Costureiras, Chapeleiras e Classes Anexas”, em 1917, organizada por operárias de ideologia anarquista, que buscavam incentivar as mulheres a participar das greves e lutar pelos seus direitos (PINTO, 2010, p. 16). A essas mulheres cabiam diferentes demandas, já que o trabalho assalariado representava uma abertura ao mundo

público, mas sem a liberdade que essa abertura oferecia ao sexo oposto, impondo a elas novas regras e condutas que não eram esperadas dos homens.

Algumas dessas demandas passaram a integrar o movimento grevista. Como aponta Fausto

[...]só no curso da vaga de greves que se cogitou de aprovar uma legislação operária. As principais propostas partiram dos deputados Maurício de Lacerda e Nicanor Nascimento. Elas foram reunidas em um projeto de Código de Trabalho, em que se previam a jornada de oito horas, limites ao trabalho de mulheres e menores, a licença para mulheres grávidas. (FAUSTO, 1996, p. 302)

Mesmo assim, são pautas que viriam a garantir a permanência do papel da mulher na ordem familiar, já que era mal vista a sua inclusão na esfera pública. Isabel Bilhão, ao se referir às operárias das fábricas de Porto Alegre, aponta que “Além do abandono à família, a entrada das mulheres no mundo produtivo também era vista como um risco porque elas ficavam expostas às regras da conduta masculina, que poderiam ofendê-las ou até mesmo desonrá-las.” (2005, p.159)

Novamente, a família e a honra se colocam como as bases do comportamento ideal, ou, caso contrariado, subversivo e imoral, envolto nas relações de poder que definem qual é esse comportamento e de que meios se usará para torná-lo um consenso dominante.

Para Ardaillon

A situação nova com a profissionalização das mulheres é que o seu cotidiano não se resume ao agora, mas é um projeto. Profissionalizar-se é adquirir outra identidade, outro modo de sociabilidade. Além do exercício de uma profissão e além do significado de sua remuneração, o trabalho fora de casa é, para as mulheres de classe média, um projeto individualizador. (ARDAILLON, 1997, p. 34, apud LUZ; FUCHINA, 2018, p.8).

Enquanto que para as mulheres operárias o trabalho se mostrava muito mais como uma necessidade de sobrevivência do que uma busca por individualismo e uma nova forma de se descobrir no mundo. Essas divergências recaem, também, sobre os modelos e expectativas relacionadas à honra, à moralidade e à família, sendo necessário entender as particularidades de cada categoria para que se possa

tentar reconstruir os conceitos esperados de cada um e os fatores que influenciavam essas relações.

Em uma década marcada pelo desenvolvimentismo<sup>13</sup> e pela tentativa de implementação de um projeto nacionalista, foram mantidas e também criadas novas formas de subjugar e controlar as mulheres, já que estas começavam a aparecer de forma mais significativa na vida pública e a reformular os papéis destinados e esperados delas na sociedade.

Essa forma de controle perpassava e perpassa por todas as instâncias da vida civil, política e cultural, estando presente na religião, nas leis, nos costumes e nas instituições, de forma a abarcar de modo mais completo possível a vida das pessoas e a manter, tanto por meio de consenso quanto por coerção, a ordem já estabelecida. É a respeito desses meios que será constituído o próximo capítulo.

---

<sup>13</sup>Segundo Longuini, Anjos e Fortes “Tal processo histórico se materializou como um guia de ação voltado a sugerir ou justificar ações governamentais conscientes que conjugassem de forma coerente três elementos, quais sejam: a defesa da industrialização, a defesa do intervencionismo estatal em benefício ao crescimento, e a defesa do nacionalismo. (2017, p. 105).

### 3. A HONRA FEMININA E A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA DE 1890 A 1930

Ao iniciar uma pesquisa cujos objetos de análise são processos judiciais, conhecer as leis e normas que o baseiam se torna imprescindível. Para tanto, no presente trabalho buscou-se entender como se elaboraram e legitimaram os ideais de honra e moralidade feminina encontrados nas fontes.

Segundo Fausto, a partir da elaboração da Constituição de 1891

Foram considerados eleitores todos os cidadãos brasileiros maiores de 21 anos, excluídas certas categorias, como os analfabetos, os mendigos, os praças militares. A constituição não fez referência às mulheres, mas considerou-se implicitamente que elas estavam impedidas de votar. ( 1996, p. 251).

Essa consideração vinha da construção e modelo de sociedade que não enxergava na mulher um sujeito político, portanto, merecedor do direito à educação, à cidadania e às demais categorias e implicações da vida pública. Porém, essa exclusão não era somente à categoria das mulheres, visto que indígenas, negros, e a grande maioria da população pobre também não detinha esses direitos. A diferença está, aqui, nas relações de poder envolvidas.

Enquanto no caso das populações indígenas e negras, tem-se a questão da dominação de uma raça sobre outra, considerada por esta como inferior, no caso dos pobres temos a dominação de classe e na situação das mulheres, a dominação de um sexo sobre outro. Essas relações de poder se constituem de forma interligada, porém, precisam ser analisadas segundo as especificidades de cada caso.

Neste capítulo será analisado como as concepções de honra e moral femininas foram construídas e representadas no Rio Grande do Sul, assim como as instâncias da sociedade civil que contribuíram direta ou indiretamente para a manutenção e permanência dessas relações de poder, especificando-se o caso das regiões colonizadas pela imigração italiana, iniciada a partir de 1975, que vem a abarcar a cidade de Caxias do Sul.

### 3.1 BELA, RECATADA E DO LAR

A questão da moralidade está presente em todas as instâncias do poder, seja familiar, econômico, político ou cultural, e não tem ligação apenas com a questão feminina, apesar de haver muito mais estudos e pesquisas sobre isso, devido ao caráter repressivo que ela toma e suas consequências diretas na sociedade. Essas consequências podem ser vistas atualmente, por exemplo, nos altos índices<sup>14</sup> de feminicídio e violência doméstica e familiar, cujas causas estão interligadas à questão da quebra de uma suposta honra por parte da mulher.

Essa concepção de honra e moralidade é também uma construção, vindo a se reformular com o tempo conforme as mudanças, conflitos e consensos entre as relações de poder pelas quais a sociedade passa. Para Tilly

Se queremos compreender o poder, precisamos de uma análise das formas do poder, em termos de causas e consequências, que pesquise quais são as condições que tornam a desigualdade mais ou menos pronunciada e quais são os fatores associados a esta variação. (TILLY, 1994, p. 51)

No contexto da Primeira República, os ideais de comportamento e ordem esperados pelos membros da sociedade estavam relativamente interligados com a concepção católica de moralidade e de divisão “natural” dos papéis femininos e masculinos na sociedade. Mas quais seriam esses papéis? De que meios se utilizavam para mantê-los? Segundo Colling,

As representações da mulher atravessaram os tempos e estabeleceram o pensamento simbólico da diferença entre os sexos: a mãe, a esposa dedicada, a “rainha do lar”, digna de ser louvada e santificada, uma mulher sublimada; seu contraponto, a Eva, debochada, sensual, constituindo a vergonha da sociedade. Corruptora, foi a responsável pela queda da humanidade do paraíso. Aos homens o espaço público, político, onde centraliza-se o poder: à mulher, o privado e seu coração, o santuário do lar. Fora do lar, as

---

<sup>14</sup>Segundo dados do OMS, entre 2003 e 2013 foi registrado uma taxa de feminicídios de 4,8 para 100 mil mulheres, a quinta maior do mundo. Nessa década, o número de vítimas negras cresceu em 54%, enquanto o de mulheres brancas caiu em 9,8%, mostrando também a relação entre o feminicídio e o racismo no Brasil. Igualmente importante é o fato de que 33,2% dessas mortes foram causadas por parceiros ou ex-parceiros das vítimas. No Brasil, estima-se que cinco mulheres são espancadas a cada 2 minutos; o parceiro (marido, namorado ou ex) é o responsável por mais de 80% dos casos reportados, segundo a pesquisa Mulheres Brasileiras nos Espaços Público e Privado (FPA/Sesc, 2010, apud. ONUBR, 2016).

mulheres são perigosas para a ordem pública. (COLLING, 2004, p.15)

Esse perigo representa o medo e negação à inclusão das mulheres na ordem pública, o que poderia vir a quebrar possíveis parâmetros morais e de dominação. Essa situação resultou em diferentes formas, porém, interligadas, de perpetuar as relações de poder existentes, seja por coerção, representada aqui pela legislação e aplicação das leis, seja por consenso, relacionada mais à instituição da família e à educação dos filhos, visto que a mãe é que era encarregada de tal tarefa e, desse modo, era fundamental para a permanência das concepções e mentalidades vigentes.

Outro modo de garantir a permanência desses costumes era através da subjugação do corpo feminino, principalmente em relação à sexualidade. Um dos meios utilizados era a criação de uma ideia de pudor que garantiria, mas não totalmente, como nos mostram os processos judiciais e a própria existência da prostituição, um controle sobre o corpo. Para Da Canal e Wenczenovicz

[...] o pudor denuncia o efeito da pressão imposta ao corpo pelas convenções e normas socialmente construídas, a fim de gerenciar as manifestações pulsionais, sobretudo as eróticas, do corpo. O pudor se faz acompanhar pelo decoro, pelos bons modos: o corpo pudico se contém, controla-se, não se revela, contrai-se e retrai-se. (2012, p. 22-23)

A concepção da função social do corpo na prostituição, em grande parte dos casos, não se contrai, não se controla, não se contém. E quando isso acontecia, principalmente em situações relacionadas à violência contra essas mulheres, como será analisado no próximo capítulo, utilizava-se dos próprios conceitos de moralidade para deslegitimar as denúncias, expondo-se que quando as mulheres se colocavam na situação de prostitutas, elas não poderiam ser defendidas do mesmo modo como o era uma “mulher de família”. E mesmo estas, quando envolvidas em situações que resultaram em processos criminais, eram julgadas também seguindo um preceito de honra feminina muito ligado à questão do corpo, enquanto que aos homens, possuía um peso muito maior o fato de serem trabalhadores, por exemplo.

Colling aponta, por sua vez, que

[...] um corpo se produz tanto do imaginário que existe em torno dele, a que ele próprio adere através de seu consentimento, como das variadas práticas que se articulam em espaços definidos, em ritmos, em modos de vestir, de utilizar a língua, em leituras, em gestos, em olhares permitidos e proibidos [...] [...] é fruto de um contexto social onde se cria, esquadrinha ou exclui. (2004, p.16)

Desse modo, o corpo não representa apenas um fator biológico, mas também uma forma de expressão e ação social, que transmite e internaliza ideias e costumes que, por sua vez, fazem parte de uma forma de subjugação da mulher dentro de determinada sociedade, seja de forma um tanto indireta, pelo consenso, ou diretamente, através da coerção. Analisaremos no próximo item alguns dos meios utilizados para tal.

### **3.1.1 O consenso**

Como já citado, a família era um dos meios utilizados para manter a ordem patriarcal pré-estabelecida na sociedade, pois esta ordem perpassava por dentro do seio familiar, se expandindo pelas demais instituições da sociedade civil. Mas o que seria a família? Segundo Prado

A palavra FAMÍLIA, no sentido popular e nos dicionários, significa pessoas aparentadas que vivem em geral na mesma casa, particularmente o pai, a mãe e os filhos. Ou ainda, pessoas de mesmo sangue, ascendência, linhagem, estirpe ou admitidos por adoção. (1981, p. 8)

Porém, assim como as demais concepções a respeito da sociedade, a visão do que é família se reconstrói conforme o tempo e o espaço. Como aponta a mesma autora, “são diversas as concepções do significado social dos dados estabelecidos entre os indivíduos de uma sociedade dada.” (1981, p.7) Esse significado, no período analisado, estava muito ligado à importância da família como mantenedora de um modelo de sociedade que impunha aos homens a vida pública, e às mulheres a privada.

A partir da saída para o mundo do trabalho e do aumento ao direito à educação, abrem-se novas possibilidades para as mulheres, algo que representava

certo perigo para essas normas pré-estabelecidas. Prado afirma, ainda, que “qualquer modificação na organização familiar implicará também uma modificação dos rígidos papéis de esposa, mãe ou prostituta, os únicos atribuídos às mulheres.” (1981, p.10) Apesar da aspereza da colocação, a autora põe em questão a problemática que envolve a forma como a mulher era, e ainda o é, representada, sempre relacionada primeiramente a esses papéis, estando a prostituição diretamente ligada à questão da imoralidade e de uma honra feminina supostamente quebrada.

A família, nesses termos, vem a constituir também um sistema de consenso pois, através dos costumes e valores passados pelas gerações, perpetua de modo indireto a mesma ordem social a qual está inserida. Indireto porque impõe as suas normas sem o caráter de imposição, já que aparecem travestidas de tradição e normalidade, sem a compreensão de que o conceito de normalidade também é uma construção. Nos termos de Prado: “Torna-se, muitas vezes, elemento de coação social, geradora de conflitos e ambiguidades.” (1981, p.13)

Esses conflitos se mostram presentes, por exemplo, nos inúmeros estudos realizados por pesquisadoras e pesquisadores a partir de processos de violência contra a mulher relacionados principalmente à área de História, Ciências Sociais e Direito. Pode-se citar, nesse contexto, a pesquisa de Sandra Da Canal e Thaís Janaina Wenczenovics que buscaram em inquéritos policiais, livros e jornais da década de 1930-40, assim como em depoimentos orais, reconstituir valores morais, costumes e tradições impostas às mulheres da Cidade de José Bonifácio.

As autoras expõem que

Na luta para impor à mulher limitações jurídicas e sociais, foram constituídos discursos de literatos, médicos, advogados, entre outros seletos grupos masculinos visando a argumentar sobre o que degeneraria a mulher, tornando-a *imperfeita*, ou de forma mais coloquial *inferior*. (2012, p. 32)

Sua pesquisa apresenta, nesses termos, algumas fontes historiográficas que vem de encontro com as formas criadas pelo grupo dominante para garantir o controle das mulheres. Mostram, também, as dissidências e consequências

resultantes desse processo, focando principalmente na questão da sexualidade feminina através dos crimes de defloramento, estupro e sedução.

Outra autora que se utiliza de processos-crime em sua análise é Rachel Soihet, em sua obra *Condição Feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana (1890-1920)*, a respeito da condição das mulheres pobres do Rio de Janeiro, no período citado. Soihet parte da diferença de classe e, portanto, de situação das mulheres pobres em relação àquelas da elite, em um contexto em que a classe média ainda não era uma categoria organizada. Ela aponta em sua pesquisa a necessidade de diferenciação entre o peso que o casamento, a família e a honra feminina tinham para cada classe. Sobre o primeiro caso, aponta a autora que

Importa ressaltar que o casamento era uma opção a uma parcela ínfima da população, circunscrita aos grupos de origem, representando a união de interesses entre a elite branca. O alto custo das despesas matrimoniais favorecia a concubinação entre as camadas mais baixas da população. (SOIHET, 1989, p. 3)

Segundo ela, nesses termos, “os padrões de moralidade eram mais flexíveis e havia pouco a se dividir ou a oferecer numa vida simples” (SOIHET, 1989, p.3), ficando a questão da honra em segundo plano ante a necessidade de sobrevivência. Porém, quando colocado em enfoque a problemática da prostituição, era a essa suposta honra e moralidade, que se voltavam os agentes do Estado, representados pela autora na figura dos médicos e da repressão da lei. Essa relação com os médicos estava ligada à questão da higiene e das epidemias de doenças venéreas, como a sífilis, transmitidas pelas prostitutas aos homens, que, por sua vez, as passavam a esposa, transmitindo a doença para a instituição familiar. Ela indica que

Contra as prostitutas forte campanha foi desenvolvida pelos higienistas, desde meados do século XIX, através da Academia e da Faculdade de Medicina, em teses, memórias, sessões, assinalando o papel que, supostamente, teriam na degradação física e moral do homem e na destruição das crianças e da família. (SOIHET, 1989, p. 201)

A autora aponta, ainda, que além da questão econômica, o “esquecimento das práticas religiosas, a divulgação de obras imorais, a falta de educação moral e intelectual, principalmente do sexo feminino, também contribuiriam para a

prostituição” (SOIHET, 1989, p. 204), segundo a visão da época. Desse modo, as instâncias relacionadas à educação, viriam, igualmente, a adquirir esse caráter moralizador e de perpetuação da ordem.

De acordo com Gonçalves,

a arquitetura escolar, que no século XIX encontrava-se na sala de aula improvisada na casa do professor, passou, no século XX por etapas que a foram enriquecendo, complexificamente. [...] As salas de aulas vão se constituído, ao mesmo tempo, nos planos técnico-construtivo, estético e pedagógico, **sob preceitos simbólicos, higiênicos, morais e metodológicos** e adquirem uma forma, uma organização e uma institucionalidade próprias, que as distinguem de outro espaço público. (2012, p. 59-60, apud. PAZ, 2013, p. 61, grifo meu).

Essa nova *institucionalidade* da educação traz em si uma tentativa de implementação daquilo considerado necessário à construção do sujeito civil. Isso explica, também, a dificuldade de acesso das meninas à educação, já que não eram consideradas exatamente cidadãs. A intencionalidade dessa instituição, quando direcionada a elas, tinha por base ajudar a manter as tradições e costumes familiares, sendo mais voltada à educação para o manutenção e permanência do lar.

Schueler e Magaldi, ao fazer um panorama sobre a historiografia produzida sobre a educação brasileira, apontam as particularidades do projeto de escola primária da Primeira República, principalmente no que diz respeito

[..]ao papel assumido por essa instituição na formação do caráter e no desenvolvimento de virtudes morais, de sentimentos patrióticos e de disciplina na criança. Mensagens de caráter moralizante e cívico foram amplamente propagadas pela escola pública primária, por meio de formas diversas, como a presença de símbolos patrióticos no dia-a-dia da escola e nas situações festivas, o enlaçamento do tempo escolar ao calendário cívico, as leituras prescritas aos alunos, entre outras. Esse viés civilizador se dirigia a um público interno à escola, constituído basicamente por alunos e famílias, estendendo-se ainda para fora dos muros escolares, de modo a atingir a sociedade como um todo. (SCHUELER; MAGALDI, 2008, p. 45)

Porém, como lembrado pelas autoras, a educação no período citado não era padronizada e nem chegava a toda população, ainda hoje não o é. Perduraram, por si, diferentes modelos de escola e educação, destinados a diferentes grupos de diferentes classes sociais, visando diferentes funções. Dois grupos em destaque foram os escolanovistas e os católicos, tendo os últimos papel importante nas

regiões de colonização italiana. Segundo as autoras, havia uma certa divergência entre as concepções de educação adotadas por ambas as partes, atuando os escolanovistas no âmbito da educação “laica”, enquanto que os religiosos insistiam na importância da Igreja Católica e da instituição da família. De acordo com elas

Um outro tema que afastava os dois grupos era o da co-educação, princípio defendido pelos escolanovistas e contestado pelos católicos, cuja proposta educacional valorizava com grande ênfase a questão da diferenciação entre os gêneros, aspecto, por sua vez, inspirado por uma perspectiva de sociedade em que os papéis sociais de homens e mulheres eram rigidamente definidos. Também em disputa se situava a visão sobre o papel das diferentes agências sociais na educação. Enquanto os escolanovistas enfatizavam o Estado – e a escola pública – como principal instância educativa, os católicos assinalavam a preeminência da família e da Igreja na educação e na civilização da sociedade. (SCHUELER, MAGALDI, 2008, p. 48)

Buscando a permanência desses papéis, prevaleciam em algumas cidades as chamadas escolas femininas, normalmente ligadas aos preceitos da religião católica, como as escolas confessionais do final do século XIX e início do século XX, analisadas por Vasconcelos e Leal. Nelas, a questão da educação do corpo e as concepções de honra e moralidade eram incluídas em todos os âmbitos da educação, colaborando com a família e as demais instâncias da sociedade na subjugação e repressão dessas jovens. Como apontam as autoras,

à medida que se analisam as práticas utilizadas para a educação do corpo feminino nas escolas confessionais, a fim de fazer das mulheres boas mães, esposas e gestoras da casa, também vem a tona reflexões sobre a sua condição na sociedade e sobre a história de sua invisibilidade social. (VASCONCELOS; LEAL, 2014, p. 15)

Essas práticas fazem parte do que Oliveira chama de “violências veladas” (2012, p. 6), ou violência simbólica, já que estão presentes em todos os momentos da vida, desde a infância, as descobertas da adolescência, a juventude, o casamento, a vida conjugal e familiar e o trabalho, internalizando esses preceitos, tornando difícil e quase impossível quebrá-los, já que essas “transgressões” eram duramente reprimidas.

As escolas religiosas, segundo Vasconcelos e Leal, com seu caráter fechado e cheio de regras, normas, posturas, gestos e comportamentos dos chamados “códigos de silêncio e resignação”, impunham todo um paradigma de “feminilidade

consentida”, “cujo objetivo era de que, cada vez mais, [as meninas] se afastassem da imagem pecadora de Eva e se aproximassem da imagem imaculada de Maria” (2014, p.18). Segundo elas,

No mundo da religiosidade, o corpo falava por meio de seus gestos, estabelecendo padrões e significados. Nas escolas confessionais, por sua vez, o corpo era conduzido dentro dos preceitos religiosos, para expressar o estabelecimento de normas, a transmissão de valores e a evangelização do corpo e da mente. Nesses ambientes, para cada movimento havia uma ritualização. A vestimenta, o comportamento e os gestos faziam parte do arquétipo religioso que moldava o corpo, e cujas influências na sociedade vão fazer-se sentir para além dos conventos, seminários e clausuras, aportando nos ambientes familiares, escolas e outras instituições. (VASCONCELOS; LEAL, 2014, p. 20)

As pesquisas feitas pela autora apontam que o alvo dessas escolas eram principalmente formar as filhas das elites, segundo as normas esperadas pela religião e cultura patriarcal. Em Caxias do Sul pode-se citar como exemplo de instituição com esse caráter fechado o Colégio São Carlos, instalado em 1936 no Bairro São Pelegrino, dirigido pelas Irmãs de São Carlos Borromeo – Scalabrinianas. Segundo Paz “elas [as irmãs] queriam que o espaço permitisse à instituição um bom funcionamento tanto funcional como disciplinar, garantindo o desenvolvimento das potencialidades dos sujeitos que ali se encontravam” (PAZ, 2013, p. 64) Nesse sentido, o tipo de construção, a sua localidade, e as diversas formas de disciplina impostas dentro dos mesmos, também viriam a colaborar na construção desses sujeitos, internalizando os valores não só psicologicamente, mas também nos gestos e comportamentos, que passavam a ser parte do “ritual”.

Como aponta a autora, as disciplinas das primeiras séries do Primeiro Ciclo eram todas voltadas para habilidades domésticas e valores morais e religiosos que deveriam perseverar na família e na vida conjugal das futuras mulheres da Elite Caxiense. Já as séries finais eram destinadas àquelas que buscariam atuar como professoras e também à consolidar os valores e costumes considerados cultos para a vida em sociedade (PAZ, 2013, p.125).

Ou seja, trata-se de uma “construção cultural” (SCOTT, 1995, p. 75), sobre o papel social que a mulher deverá desempenhar na sociedade, sempre atrás e ao

lado do homem, nunca à frente. Enquanto a eles se destina a vida pública, a decisão na sociedade, ou o que compreendemos como decisão, a elas cumpre ser o apêndice do homem, servindo à casa, à família e ao papel de companheira e esposa. Sempre servindo.

Apesar desse caráter de exclusão e repressão, o acesso à educação, por mais disciplinador e normalizador que fosse, garantiu a essa pequena parcela de mulheres da elite uma abertura a novas possibilidades. As próprias escritoras do final do século XIX e início do século XX, já citadas neste trabalho, compartilharam desse acesso inicial, podendo tomar consciência da subjugação presente naquela e nas demais instituições e lutar, mesmo que parcialmente, pelos direitos das mulheres, como sujeitos atuantes do seu tempo.

Para isso, utilizaram de diferentes formas, sendo uma delas os meios de comunicação. Durante o período analisado os folhetins e jornais se constituíram no principal “veículo social de informação, formação, denúncia e conscientização” ( DA CANAL; WENCZENOVICZ, 2012, p. 21). Apesar de o espaço destinado diretamente às mulheres quase não existir, e quando encontrado, normalmente ser escrito por homens, os jornais, nas palavras das mesmas autoras “fornecem informações preciosas sobre o cotidiano da sua época e possibilitam a construção de um olhar sobre como a própria sociedade via os seus problemas e possíveis alternativas de alteração e interação com o mundo que a cercava.” (DA CANAL; WENCZENOVICZ, 2012, p. 21).

No jornal *A época*, em circulação em Caxias de 1938 a 1958, pode-se perceber, pelo menos nos seus dois anos iniciais, período a que se deu mais enfoque na pesquisa, essa clara separação entre o considerado universal, “masculino”, e o feminino, “particular”.

Segundo os editores do jornal, “a boa imprensa, nobilitando e instruindo os homens, tendia sempre para o alevantamento moral do meio”. Intitulando-se como uma aspiração de “vida e ação num ambiente de paz e ordem”<sup>15</sup>, bem ao encontro aos preceitos difundidos por Vargas em sua campanha nacionalista. *A época* trazia

---

<sup>15</sup>2 de outubro de 1938, n° 1, p.1.

em suas páginas diversas temáticas, desde os problemas envolvendo a precariedade da energia elétrica, esportes, religião, condições de trabalho e o comércio da região, até anúncios de cinema, produtos e serviços, esportes e festas. É grande a variedade de propagandas de médicos e clínicos gerais<sup>16</sup>, mostrando que Caxias do Sul também já iniciava sua fase de preocupação com a higiene e a limpeza da cidade, e são poucas as colunas e mesmo anúncios que se referem especificamente à mulher, sempre relacionando-a como a “exímia esposa<sup>17</sup>” de alguém.

Para Scott, é preciso entender que “o mundo das mulheres faz parte do mundo dos homens, que ele é criado nesse e por esse mundo masculino” (1995, p. 75). O fato das mulheres permanecerem invisíveis no discurso presente nesses jornais não significa que não participassem das instâncias mais consideradas pela historiografia. Na economia, por exemplo, não se pode excluir sua inserção, já que em uma região com predominância inicial agrícola, as mulheres tinham uma participação maior do que os homens, levando-se em conta a jornada tripla: o trabalho nas colônias, o trabalho doméstico e a educação dos filhos. E mesmo após com a ascensão da indústria, passaram a compor em grande escala as fábricas, como a Metalúrgica Abramo Éberle e a Gazola S/A Indústria Metalúrgica, na época José Gazola & Cia.

Em relação ao primeiro caso, é significativo a construção do monumento Instinto Primeiro, feito pelo escultor caxiense Bruno Segalla, em 1997, que teve como intenção homenagear Luisa Eberle, “Símbolo da intrépida participação da mulher na geração e no progresso desta cidade, fonte inspiradora da industrialização do Nordeste do Estado<sup>18</sup>,” no centenário da empresa. Luisa teve papel essencial na construção da funilaria que deu origem à Metalúrgica conhecida pelo nome de seu filho, porém, sua representação na escultura a relega apenas ao papel de mãe.

---

<sup>16</sup>Ver seção “Indicador Profissional”, A Época, 1938-39.

<sup>17</sup>Ver seção “Vida Social”, A Época, 1938-39.

<sup>18</sup>Escrito original da placa de bronze que continha sua efígie, furtada em julho de 2018.

### 3.1.2 A coerção: a legislação vigente na década de 1930

“Falar em gênero em vez de falar em sexo indica que a condição das mulheres não está determinada pela natureza, pela biologia ou pelo sexo, mas é resultante de uma engenharia social e política.” (COLLING, 2004, p. 29)

Essa engenharia se reflete na forma que a sociedade possui de estabelecer regras, normas, leis, costumes e tradições que perpetuam a relação de dominação existente, nesse caso, a masculina sobre a feminina. O Código Penal de 1890, o Código Civil de 1916, e a própria Constituição, trazem em sua composição um retrato do que é a pequena parte dominante da sociedade, responsável por sua criação como um meio de defesa de seus interesses, mas também o que se espera do restante da sociedade. No caso das mulheres: a submissão. Isso fica evidente, por exemplo, na forma como

A publicação do Código Civil de 1916, no período republicano, consolidou ainda mais o modelo assimétrico e patriarcal da sociedade brasileira, pois, até então, o pátrio poder também dava o direito ao marido de exigir a obediência da mulher. Entende-se que a relação assimétrica e patriarcal da sociedade e da própria legislação brasileira contribuiu para reforçar as relações de gênero. (LANGE, 2012, p.317)

Sendo assim, para analisarmos processos criminais precisamos entender em que eles estavam baseados e como isso representa os ideais da época analisada. Durante o período englobado na pesquisa, a legislação nacional, a qual utilizavam-se os processos judiciais para resolução de lides, pautava-se no Código Penal da República dos Estados Unidos do Brasil, de 1890. A ele se recorria em todas as situações envolvendo crimes que iam desde homicídios, brigas de bar, assaltos e furtos até os chamados “crimes contra a segurança da honra e honestidade das famílias e do ultraje público ao pudor”, Título VIII do código citado, onde se enquadram a questão da sexualidade feminina e da prostituição.

Os principais crimes referenciados neste título são: violência carnal, rapto<sup>19</sup>, lenocínio, adultério, ultraje público ao pudor, defloramento e estupro. Como explicitado no código,

Os attentados contra o pudor e o lenocinio são delictos; esta assim protegida a infancia. O adulterio é tambem um delicto, o codigo acautela a honra do marido contra as seducções dos conquistadores. Ninguem pode violentar uma mulher, nem mesmo uma prostituta, ninguem pode subjugar-lhe a resistencia pela violencia physica ou pela coacção moral. Quem assim procede é réu de um crime de estupro. Também é prohibida a seducção de mulher menor. Ainda que ella consinta, ainda que se entregue ao homem, este será um criminoso, réu de um delicto de defloramento, se obteve o consentimento da menor pela seducção, pelo engano ou pela fraude. (SOARES, 2004, p. 533)

As fontes mostram, porém, que as atitudes da mulher sempre pesavam muito mais do que os delitos praticados pelo homem. Lange, ao analisar as representações que o Judiciário de Caxias do Sul elaborou sobre mulheres que se envolveram em processos criminais, conclui que mesmo aquelas que eram esposas e cumpriam o seu papel dentro do espaço privado, acabavam tendo suas queixas desconsideradas em prol da suposta autoridade e defesa da honra do homem no lar. Independente do tipo de delito praticado contra a mulher, que era principalmente a agressão física, o homem acabava sendo inocentado por ter agido em nome da “ordem do lar”. Concomitante a isso,

Os discursos jurídicos revelam uma preocupação com a moralidade que serve de termômetro da ordem, do progresso e da civilização, que são elementos incompatíveis com a alteridade. [...] nas primeiras décadas do século XX, o projeto de modernização apregoado pelo regime republicano destacava a necessidade de mudanças na organização da vida social. Os operadores do Direito discutiam e ditavam regulamentações e normas às práticas sociais, principalmente no que se relaciona à família e ao casamento. Os processos judiciais, além de apontarem à presença de desvios de condutas de homens e mulheres, também são fontes reveladoras de

---

<sup>19</sup>É interessante aqui, o modo como a mulher além de ser considerada inferior também era tida como uma propriedade. Isso fica evidente quando Oscar de Macedo Soares, ao comentar as bases e afins do art. 270, destinado ao rapto de mulher maior ou menor de idade para fins ou libidinosos ou de casamento, coloca sobre a segunda categoria: “O fim de casamento, a constituição da familia, base da sociedade, não pode absolutamente ser considerado o fim libidinoso, a satisfação do desejo sexual, que o Código penal considera elemento constitutivo do delicto. **O rapto nesta espécie não é um delicto contra a honra da mulher e sim contra a autoridade paterna**, *raptus in parentes*, como diziam os glossadores, do mesmo modo que a desobediência é um delicto contra a autoridade publica. (2004, p.543, grifo meu).

indícios da complexidade dos valores e dos comportamentos sociais.  
(IOTTI, LANGE, 2013, p.146)

Na zona do meretrício, os processos crime analisados apontam que independente da condição do acusado quando envolvido em conflitos com as meretrizes, “é possível identificar a tendência dos defensores públicos de inocentarem as atitudes desse gênero, indicando que a transgressão foi provocada pela mulher, que se comportava como sedutora não sendo merecedora do tutelamento da Justiça.” (LANGE, 2012, p. 324).

Dividiam-se as mulheres, então, em categorias: as honestas, normalmente casadas, mães, donas de casa, submissas ao marido, ao pai, ao irmão; e as prostitutas ou mulheres públicas, que não condiziam com os valores da honra e da moral vigentes. Essa diferenciação entre o tratamento dirigido às mulheres é encontrada também em outro artigo, dessa vez tratando do crime de estupro. Segundo ele, considerava-se crime

Art. 268 Estuprar mulher virgem ou não, mas honesta: Pena de prisão cellular por um a seis annos. § 1º Si a estuprada for mulher publica ou prostituta: Pena de prisão cellular por seis mezes a dous annos. § 2º Si o crime for praticado com o concurso de duas ou mais pessoas, a pena será argumentada da quarta parte (sic). (SOARES, 2004, p.539).

Cabia então a justiça julgar se a mulher era honesta ou então uma prostituta ou mulher pública, sendo menor a pena para o autor do delito no segundo caso. À essa suposta honestidade recaiam novamente alguns critérios, como o fato de a mulher ser menor, ser “moça de família”, casada ou mãe, e se a infração fora causada por alguém da família ou que possuía algum poder sobre a vítima.

Além desse ponto, as meretrizes também eram constantemente alvo de denúncias baseadas no art. 282, do mesmo Código, que condenava aquele que “offender os bons costumes com exhibições impudicas, actos ou gestos obscenos, attentatorios do pudor, praticados em logar publico ou frequentado pelo publico, e que, sem offensa á honestidade individual de pessoa, ultrajam e escandalisam a

sociedade". (SOARES, 2004, p. 578) A ele a justiça recorreu em um dos processos que serão analisados no próximo capítulo.

#### 4. CAXIAS DO SUL NA DÉCADA DE 30 E A MORAL FEMININA: PROSTITUIÇÃO

A prostituição em Caxias do Sul é analisada historiograficamente a partir de estudos referentes às representações que o Judiciário de Caxias do Sul elaborou sobre mulheres que se envolveram de alguma forma em processos criminais, seja no papel de vítima ou de transgressora. Desde a chegada da documentação do Poder Judiciário ao IMHC/UCS, várias pesquisas vêm sendo desenvolvidas nesse sentido e inúmeros trabalhos publicados. Entre elas a que resultou na dissertação de mestrado de Aline Matté, em 2008, abordando o tema pelo aspecto da moral sexual católica regional, em suas práticas discursivas e contravenções cotidianas, destinando um capítulo para a prostituição.

Neste capítulo busca-se analisar essas obras e as fontes disponíveis sobre a prostituição em Caxias do Sul, por meio da problemática do gênero e os aspectos que tomam as relações de poder envolvidas e a sua representação na sociedade.

##### 4.1 A DÉCADA DE 30 E OS SEGMENTOS MÉDIOS DA POPULAÇÃO

A formação de Caxias do Sul, elevada à categoria de cidade em 1910, se enquadra dentro de um projeto de governo voltado para a colonização de áreas desocupadas, com presença indígena, ou então de difícil acesso, devido a precariedade de estradas, isso quando elas existiam. Uma das regiões englobadas nesse processo foi o nordeste do Rio Grande do Sul. Segundo Maria Abel Machado,

O projeto do governo imperial, para o povoamento das terras devolutas daquela região, era implantar um novo modelo de colonização, através do trabalho livre, do regime da pequena propriedade, da utilização da mão de obra branca e familiar, assegurando a hegemonia nas regiões da campanha e da fronteira. (MACHADO, 2001, p.37)

Esse modelo excluía o direito dos indígenas a permanecer em suas terras, já que o conceito de propriedade não era próprio dessas culturas. Descartava, também, a possibilidade da população negra participar desse processo de

colonização, mesmo ela sendo maioria no Brasil, visto que se encontrava ainda em situação de escravidão, já próxima do processo de “alforria”, que significou o seu abandono pelo Estado, com o aumento da busca por mão de obra branca assalariada.

Apesar de brancos e europeus, os imigrantes direcionados a região de Caxias, majoritariamente italianos agricultores e pobres, não obtiveram muitos direitos em relação ao comando e direção de sua nova vida. Todas as decisões eram feitas por uma Comissão de Terras, órgão representativo do governo, para o qual

[...] os novos habitantes do Rio Grande do Sul nada mais eram do que uma massa ignorante e inculta, que podia ameaçar a sua hegemonia, daí a necessidade de manter o controle sobre o grupo imigrante, através de sua permanência na terra, inclusive após a criação do Município, com os primeiros Intendentes, todos nomeados ou indicados pelo governo do Estado, todos de origem lusa e pertencentes à maçonaria, circunstância que motivou a provocação de inúmeros conflitos com os imigrantes e católicos. (MACHADO, 2001, p.47)

Esses conflitos não estavam pautados apenas na religião, mas também nas questões econômicas e outras demandas, como o melhoramento da infraestrutura da cidade, principalmente do acesso à energia elétrica, necessário para os comércios, fábricas e indústrias emergentes. Uma forma de maior participação no gerenciamento do município, encontrada pelos segmentos médios incipientes neste cenário, foi a criação da Associação dos Comerciantes, em 1901, que veio à representar os comerciantes e industriais. Segundo a mesma autora,

[...] a pressão do grupo sobre o poder público municipal tornou-se cada vez mais forte, fazendo sentir-se especialmente na melhoria das condições de infra-estrutura urbana, privilegiando a área central da cidade, onde se localizavam as suas residências e os seus negócios. (MACHADO, 2001, p.148)

Após o falecimento de Thomaz Beltrão de Queiroz, em 1930, assumiu o posto o seu Vice, Miguel Muratore, que era membro da Associação dos Comerciantes. Com a chegada de Vargas ao poder, em 1930, com quem os comerciantes e industriais de Caxias já tinham um bom relacionamento, se estabeleceu uma década de relativa harmonia na cidade, com o poder público municipal, estadual e nacional andando no mesmo ritmo.

As principais indústrias e fábricas da época estavam ligadas à área de metalurgia, madeireira, têxtil e de alimentos. Outras categorias importantes estavam ligadas ao comércio, política, advocacia, altos cargos militares, medicina e à imprensa, que era intensa na época. Quem comandava esses setores eram majoritariamente homens, em sua maioria imigrantes italianos e/ou seus descendentes, de reconhecido “destaque social” e que seguiam os preceitos de honra e moralidade esperados pela religião católica. Esse é o caso de Dante Marcucci, que ao ser indicado para assumir a Prefeitura Municipal de Caxias do Sul, em 1935, teve como pontos a seu favor o fato de ser um “homem católico e de origem italiana”. (MACHADO, 2001, p. 271).

Enquanto isso, o papel esperado das mulheres era o de acompanhar seus maridos e cuidar do lar e da família. Isso não implica que elas se mantivessem apenas nesse papel, já que inúmeras trabalhavam, principalmente as de classe mais baixa, pois precisavam ajudar na sobrevivência da família, como é o caso das operárias das indústrias Eberle e Gazola. Isso mostra as diferenças de classe que também envolvem as relações de gênero.

Matté, ao ressaltar o fato de que a maioria dos proprietários de bordéis eram mulheres, aponta que

As atividades onde as mulheres se destacavam como proprietárias ou profissionais eram as seguintes: parteiras, proprietárias de pensões não-familiares ou cabarés, proprietárias de pensões com sala de jogos, proprietárias de salas de baile ou botequins e proprietárias de casa de banho. (MATTÉ, 2008, p.121)

Como explicitado por Scott, “a fonte das relações desiguais entre os sexos está, no fim das contas, nas relações desiguais entre os sexos.” (SCOTT, 1995, p. 77) O fato de haver poucas oportunidades para as mulheres se tornarem proprietárias e/ou dirigentes, implicava a permanência das mesmas em postos considerados imorais e que não traziam consigo os chamados “bons frutos” do trabalho, como uma boa representação na sociedade. Além disso, a presença majoritária de homens nos demais postos, principalmente da economia, política e área militar, impedem que as demandas femininas sejam consideradas, pois são diferentes e

necessitam de uma mudança estrutural e social que não é do interesse dos mesmos.

Foi justamente na região central de Caxias, onde se localizavam as elites e segmentos médios da população, que se desenvolveu a chamada “zona do meretrício”, onde as casas de tolerância eram conhecidas como pensões não-familiares pelo seu caráter considerado imoral e danoso à instituição familiar.

Matté coloca que,

de acordo com as fontes<sup>20</sup>, Caxias contou de 1920 a 1950 com uma zona de prostituição bem próxima ao centro, na baixada alagadiça situada ao norte da praça Dante Alighieri, a qual compreendia um quadrilátero formado pelas atuais ruas Ernesto Alves, 20 de Setembro, Dr. Montauray e Borges de Medeiros. Ali se localizava o maior número de pensões não familiares com salas de jogos e vendas de bebidas, e algumas denominadas cabarés onde também aconteciam espetáculos. (MATTÉ, 2008, p.122)

Entre eles, se encontravam casas de banho, como as de Castorina Alves e Terezinha Menegotto, e também pensões e salões de baile, como a Pensão Ângela, a Pensão Antonieta, a casa de Jovina Lopes e o Cabaret Salomé e a Pensão Royal, palcos dos processos selecionados nesta pesquisa. Todas essas pensões e casas de banhos, como aponta o trabalho de Matté, ofereciam, além do trabalho das meretrizes, bailes, apresentações musicais, bebidas alcoólicas e quartos individuais. (MATTÉ, 2008, p. 121-123)

Além disso, a sua localidade e o preço dos serviços implicam que a grande maioria dos frequentadores fosse pessoas com condição social relativamente elevada, já que só assim poderiam pagar pelos mesmos. Segundo a mesma autora, nas zonas do Burgo, onde morava a população operária e de baixa renda, também

---

<sup>20</sup>Matté buscou em relatos orais, registros de impostos e no trabalho intitulado O Som do Silêncio: sexo e prostituição na colônia, feito por Loraine Slomp Giron, em 1999, enquadrar o mais aproximadamente possível a localização da zona do meretrício de Caxias do Sul. Outro indício concomitante a essa localização é um trecho do livro Cabedelo: a odisséia de uma vida, uma autobiografia de Alberto Arioli, um pracinha caxiense que lutou na Segunda Guerra Mundial. Quando se refere aos hábitos dos jovens solteiros no final da década de 1930 e início da década de 1940, o autor relembra que “Para os boêmios, os homens da noite, a situação era crucial e patética. A solução era a ‘zona’. A zona era um conglomerado de casas localizadas onde hoje está o hipermercado Zaffari. Espalhadas, umas aqui, outras ali, uns chamavam ‘as casas de bordel’, do ‘meretrício’, enfim, as mulheres da ‘vida fácil’.” (2012, p. 152).

se desenvolveram bordéis, como os da “zona do cemitério”, esses mais simples e com menos serviços (MATTÉ, 2008, p.125).

Esses locais eram palcos de inúmeros conflitos e alvo de ataques pela imprensa, onde as questões de moralidade e preservação da família e dos bons costumes adquiriam um peso muito grande. No próximo tópico será analisado como a questão da religião se fez presente na elaboração de concepções sobre a moralidade em Caxias do Sul e sua relação com a prostituição.

#### 4.2 A RELIGIÃO, A MORAL E A PROSTITUIÇÃO: EM NOME DA FAMÍLIA E DOS BONS COSTUMES (PARA QUEM?)

As concepções que cada sociedade cria e recria sobre a moral e suas normas de conduta é outra forma que pode ser utilizada para se pensar as relações de gênero, pois os parâmetros de honra e moralidade femininos e masculinos são diferentes, expondo a definição e limitação rígida que se construiu a respeito dos sexos.

Como apontam Da Canal e Wenczenovicz, as sociedades sempre trataram de criar “mecanismos legais moralizantes de controle das mulheres” (2012, p. 30) No caso de Caxias, por seu contexto relacionado à imigração italiana, uma das bases para a criação desses mecanismos foi a religião católica.

Assim como a Associação dos Comerciantes foi criada de forma a defender os interesses dos imigrantes e seus descendentes frente a um poder público comandado por luso-brasileiros, a união em torno de uma religião e de seus instrumentos, vistos aqui na figura dos padres, rituais, livros de orações e seus afins, representava também uma forma de proteção e de construção de uma identidade em comum. Além disso, segundo Fávoro,

a Igreja outorgou-se o dever e o direito de aplicar diferentes formas de pressão sobre as pequenas comunidades imigrantes em formação na região de colonização italiana. A família, núcleo social e econômico por excelência, devia manter a coesão interna e a imagem externa a qualquer preço, pois era por seu intermédio que o controle da sociedade se efetivava. [...] Por família a Igreja entendia a família legítima, a que era fruto do casamento matrimonial. A sexualidade feminina em tal contexto deveria ser controlada, porque

neste comportamento residia o limiar entre a honra e desonra. (1996, p. 213, apud. LANGE, 2012, p.319).

As concepções de honra e moralidade visavam à permanência da instituição familiar, do recato e dos bons costumes. Essa percepção do corpo e sexualidade feminina como algo a ser controlado era totalmente posta a baixo na prática do meretrício, em vista de seu caráter de subversão a esses pressupostos.

Com base na religião e na identidade que se buscava construir, pregou-se uma imagem de homem e de mulher ideal, sendo o primeiro caracterizado como um homem sério, “trabalhador, ordeiro, religioso e virtuoso”, enquanto que a mulher deveria ser “a mãe amantíssima, rainha do lar e, como não poderia deixar de ser, muito séria e trabalhadora.” (MATTÉ, 2008, p.45). Porém, a própria existência de uma zona de meretrício no centro da cidade já mostra as subversões e contravenções a esses estereótipos, assim como a proliferação de festas, bailes, a utilização de bebidas alcoólicas, como o vinho e a graspa, os salões de jogos e bares, o adultério e demais transgressões.

No jornal A Época vê-se um exemplo de parte do que se compreendia do papel da mulher quanto à questão do adultério. Segundo o colunista,

Todas as mulheres têm na vida uma hora perigosa. Essa hora decide de sua existencia inteira. É a <Hora do Diabo>. É o instante de fragilidade em que sucumbem para sempre, ou em que para sempre se salvam. O seu triunfo ou a sua perda dependem menos delas do que do homem que nêsse instante lhes perturba a inteligencia ou os sentidos. Si é um homem digno, estão salvas. Si é um miseravel, estão perdidas. (1 de janeiro de 1939, nº 14, p.6)

Tira-se, desse modo, das mãos da mulher o seu papel ativo no ato transgressor, sugerindo-se que seu caráter frágil a deixaria suscetível a essa prática pelo menos em algum momento de sua vida, mas que o que definiria a sua efetividade ou não seria a escolha do homem. Continuando a leitura fica visível também a objetificação da mulher como “algo” a ser adquirido, quando coloca-se que “O verdadeiro homem quér duas cousas: o perigo e o jogo. Por isso quér a mulher, o juguete mais perigoso.” Um objeto, portanto, e um objeto a ser controlado, utilizando-se, para isso, diversos instrumentos moralizantes.

Um dos instrumentos utilizados pela religião com a intenção de manter esse controle, nesse caso pelos missionários Scalabrinianos, um dos grupos religiosos envolvidos com a imigração, era um livro intitulado *Guida Spirituale per l'immigrato italiano*. Nele se encontrava uma forma de enquadrar moralmente o imigrante italiano (MATTÉ, 2008, p.54), tratando de assuntos relacionados aos bailes, os jogos, as bebidas alcoólicas e o namoro como sendo algo pecaminoso. Como afirmam Da Canal e Wenczenovicz

Mais do que atendimento religioso, era sob o auspício da Igreja Católica que se concatenava uma determinada ordem social em que a observância dos mandamentos e administração dos sacramentos delimitavam e convencionavam determinadas condutas morais. O discurso sacerdotal cumpriria a função de preservação dos bons costumes. (2012, p. 41).

Esses “bons costumes” passaram a ser defendidos também pela legislação, que os reforçavam e legitimavam. Além do já citado Código Penal dos Estados Unidos do Brasil, de 1890, a cidade contava também com o Código Administrativo do Município de Caxias do Sul que, em vigor a partir de 1921, previa a multa de 20\$000 à 100\$000 a quem contrariasse a proibição de “Mostrar-se alguém, em lugar publico, em estado de nudez ou indecorosamente vestido, ou offender á moral e aos bons costumes por meio de actos, palavras, gestos ou qualquer outro modo.” (1922, p. 8).

Apesar desses meios, o meretrício se mantinha e os cabarés e bares que ofereciam esses serviços continuavam a aparecer nos noticiário, seja em manchetes de conflitos e disputas, seja como alvo de ataque dos moralistas, mas, de qualquer forma, sempre presente. Um exemplo da primeira categoria se encontra no jornal A Luneta, que faz referência a uma briga na Pensão Royal, citando que

Á noite de 8 do corrente, quarta-feira, tivemos ocasião de assistir uma grande peleja, de mulheres contra mulheres. Lutaram seguramente uns cinco minutos, sendo derrubadas todas as mezas do centro, cadeiras etc... A principal arma era: Um fio trançado, sendo vibrado diversos golpes nas faces de algumas das combatentes.

Terminou com a intervenção da policia. (19 de março de 1933, p.1)

Esse Cabaré foi, a partir de 1934, dirigido por uma mulher chamada Suzana Germano, ou Suzi. Conhecida como uma “mulher muito discreta”, mais tarde

soube-se que se tratava na verdade de Ercília Nogueira Cobra, uma escritora natural de São Paulo que durante os anos 20 escreveu duas obras voltadas à sexualidade feminina, temática por si só muito a frente de seu tempo, e que foram encaradas pela sociedade conservadora como polêmicas e subversivas. (MATTÉ, 2008, p. 133)

Essa subversão lhe rendeu o quase silenciamento por parte da História, e mesmo a área de letras, onde como a escritora que era, lhe caberia mais voz, não se encontra muita informação sobre ela. Maria Lúcia Mott, autora de sua biografia, aponta que

No fichário de autores das bibliotecas Nacional (Rio de Janeiro) e Municipal Mário de Andrade (São Paulo) não há referência ao nome de Ercília Nogueira Cobra. Aí não podem ser encontrados os seus livros. Mesmo os trabalhos que se preocupam com a história da mulher brasileira e a do movimento feminista no Brasil, incluindo-se aí as biografias de mulheres que participaram de alguma forma desse movimento, não fizeram, até bem pouco tempo, qualquer tipo de referência seja a vida, seja a obra da escritora. (MOTT, 1986, p. 90)

É interessante pensar aqui que ambos os livros foram escritos justamente em um período marcado pela ascensão de movimentos sociais feministas e pela Semana da Arte Moderna e sua necessidade de subverter os padrões já existentes na Literatura Brasileira, porém as relações existentes entre ambas são poucas, isso se existem, já que um foi protagonizado por mulheres em luta por sua emancipação, e silenciado por isso até bem pouco tempo, enquanto que outro teve como protagonistas homens, em sua maioria. Nos livros didáticos, por exemplo, único livro científico que chega em mãos de boa parte da população, encontramos muito mais sobre a segunda categoria do que sobre a primeira, um claro sinal de que os tempos não mudaram tanto assim. Em sua primeira obra, intitulada *Virginidade Anti-Hygienica*, Ercília trata de dois pontos principais,

[...]a do preconceito da inferioridade intelectual da mulher e a da diferença da moral sexual para os sexos, principalmente no que se refere à obrigação da mulher se conservar virgem após a puberdade e de só ter direito à maternidade quando autorizada pela sociedade e pela igreja. (MOTT, 1986, p. 91)

Apesar de se assemelhar com alguns conceitos e ideias presentes nos discursos feministas da época, ela vai além ao não se reservar apenas à questão da

maternidade e do voto popular, mas incluindo também a questão da liberdade sexual para a mulher, algo que ainda não entrava muito em debate nessa onda inicial do feminismo. Ao escarnecer da visão masculina sobre a mulher, discorre a escritora sobre a educação desigual a que ambos os sexos são sujeitos:

E estranham o nervosismo das mulheres...

E boquiabrem-se admirados, diante da falta de tino prático das filhas de Eva...

Plantam flores de estufa e querem colher frutos vulgares de alimentação!

Querem que uma menina anêmica, resultado de uma reclusão de anos em colégios completamente leigos em coisas práticas, entre para o mundo e seja capaz de compreender a engrenagem terra-a-terra e complicadíssima da vida.

E admiram-se da futilidade da mulher!

E riem-se da infantilidade com que ela se lambuza de pinturas.

Obrigam a mulher a permanecer menor durante toda a vida por falta de uma instrução que a faça conhecer o mundo (...)

Mas, se já está mais que provado que o cérebro não tem sexo e que o indivíduo humano é um produto do meio e da educação, como exigir mentalidade consciente de um ser cujo cérebro é imbecilizado paulatinamente, mercê de uma educação que obedece aos mais estúpidos preconceitos? (COBRA, 1924, p.154-5, apud. MOTT, 1986, p. 91)

Em outro trecho, a autora vai ainda mais a fundo, tratando da questão do corpo e da sexualidade feminina, assim como de seu direito à obtenção de prazer também, e não só como uma ferramenta para a procriação a controle da família e do Estado. Ela coloca em evidência a divisão que se opera entre as concepções de honra e valores masculinos sempre mais voltados a sua suposta superioridade racional e intelectual, enquanto que a mulher se limita a sua virgindade, recato e controle/repressão do corpo:

Sim, senhores! Os homens, no afã de conseguirem um meio prático de dominar a mulher, colocam-lhe a honra entre as pernas, perto do ânus, num lugar que, quando bem lavado, não digo que não seja limpo e até delicioso para certos misteres, mas que nunca, jamais poderá ser séde de uma consciência.

Nunca!!!

Não se controlam sensações físicas.

Não se pode colocar a honra, uma coisa abstrata, ideal, no local menos nobre do animal racional.

Seria absurdo! Seria ridículo, se não fosse perverso.

A mulher não pensa com a vagina nem com o útero.

Com esses órgãos ela sente sensações agradabilíssimas é verdade. Com estes órgãos, quando os faz funcionar, ela goza os prazeres únicos que dão forças ao indivíduo para suportar as tristezas da vida. Por meio destes órgãos ela desfalece de prazer, mas justamente porque são sede de sensações físicas sobre eles não pode pesar lei nenhuma alheia à lei da natureza. (COBRA, 1924, p.167, apud. MOTT, 1986, p. 91)

Em seu segundo livro, intitulado *Virginidade Inútil, novella de uma revoltada*, editado em 1927 a autora trás esses mesmos assuntos agora na forma de ficção, facilitando, por certo, o acesso dos leitores às suas críticas. Nessa edição ela aponta, na introdução, que seu primeiro livro fora apreendido por ser considerado subversivo e pornográfico, muito provavelmente a mando da própria família, segundo sua biógrafa.

Em 1934, a escritora se muda para Caxias do Sul e adquire a propriedade da Pensão Royal, situada à rua Bento Gonçalves, nº 1670, de onde era lembrada como uma “pianista, culta e temperamental, mulher elegante, sempre vestida de tailleur escuro com chapéu de feltro e uma pasta, que todas as tardes ia sentar-se e ler um jornal ou uma revista.”(MOTT, 1986, p.98).

Esse relato contrasta com a visão que lhe é construída a partir de um processo<sup>21</sup> do qual foi alvo, em 1938. Em 2 de abril, a Pensão Royal foi denunciada por um advogado<sup>22</sup> e jornalista influente na cidade, pedindo “esclarecimento de fatos que depoem contra a moral e os bons costumes”. Essa denúncia resultou em um inquérito que já previamente declarou a Pensão Royal como

[...] um antro de perdição, onde campeia o deboche e a imoralidade, em detrimento da ordem, do respeito e da tranquilidade de inumeras familias que dentro dos seus próprios lares, são, constantemente constrangidas com o palavrório repugnante das marafonas que ali habitam e pelas cenas imorais que, diariamente são presenciadas

<sup>21</sup>CMRJU/IMHC/UCS, 1938, processo 17, caixa nº 2C.

<sup>22</sup>Por questões de ética e por tratar-se de pessoas envolvidas em processos judiciais, cujos familiares e descendentes ainda podem se encontrar vivos, optou-se por utilizar apenas as iniciais ou se vetar completamente o nome dos participantes.

nas janelas e pátios do mesmo cabaret. (CMRJU/IMHC/UCS, 1938, processo 17, caixa nº 2C)

É interessante pensar que vem dessas mesmas famílias que se diziam atacadas pela presença das meretrizes alguns de seus clientes, já que o estigma da moral e do corpo não recaía sobre os “homens da casa” com o mesmo peso ou o mesmo critério que sobre as mulheres. Além desses, são citados como frequentadores, nesse processo, operários, jovens rapazes e membros do exército. Segue, então, o autor da denúncia expondo que Ercília,

Não satisfeita, é de vêr-se o sofrimento das famílias residentes na vizinhança, durante noites á fio. O barulho ensurdecedor. A embriaguez campeando livremente, a algazarra acompanhada de palavras pornográficas pronunciadas em altas vozes. Tudo isso estão suportando os proprietários, senhorios e inquilinos que residem na vizinhança.

Senhoras e moças, ali vivem verdadeiramente constrangidas e escandalizadas, enquanto isso, a celebre Suzi que até agora contou com a impunidade de tais actos, desafia a furia dos chefes de famílias ali residentes, dizendo-se proprietária! (CMRJU/IMHC/UCS, 1938, processo 17, caixa nº 2C)

Em sua defesa, E. N. C. coloca que a bebida vendida em sua pensão não contém os elementos necessários para embriagar alguém, que contrata dançarinas e não prostitutas, e que é efetivamente dona da propriedade, que adquiriu como resultado da venda de outra em São Paulo, concluindo que

quanto as palavras pornográficas não é de admirar que ellas sejam pronunciadas por operários frequentadores do cabaret, quando os próprios expuntes da sociedade caxiense as pronunciam na praça Dante. Essas senhoras e essas moças deveriam se escandalizar mais das fitas que são passadas mensalmente nos cinemas da cidade.(CMRJU/IMHC/UCS, 1938, processo 17, caixa nº 2C).

É possível notar uma certa intransigência no discurso da escritora que não teme em denunciar os “expoentes” da sociedade caxiense como tão problemáticos quanto os clientes de seu cabaré, deixando sublimado também que as suas esposas e filhas tinham acesso a coisas muito mais “indecentes” do que os vislumbres que seu espaço fornecia.

Outra situação denunciada pelas testemunhas é o contexto de indecência das meretrizes, que “aparecem essas mulheres, pelas janelas e fundos do lote, em

completo desalinho, quasi núas, provocando cenas imorais de todo o geito” ou então “em trajas menos descentes de abraços e beijos com homens, afrontando a moral e com palavras imorais.” Desse modo as roupas e o uso que faziam de seu corpo também se transmutavam em critérios que definiam se uma moça era honesta ou não. Como apontam Da Canal e Wenczenovicz “A percepção do corpo perpassa a dimensão simbólica, cuja roupa tende a contribuir na formação de um emaranhado de concepções. Uma moça decente não revelaria suas formas nem nuances de sensualidade.” (2012, p.58). Portanto, o modo como a percepção do corpo ganhava outra dimensão na prática do meretrício, saindo do controle do Estado e da religião, implicava em mais um ponto considerado transgressor pela justiça.

Outro ponto interessante é que, no decorrer do processo, é apontado de forma positiva as posições tomadas na capital do Rio Grande do Sul para retirar do seu centro a zona do meretrício. O autor da denúncia coloca que “Como medida altamente moralizadora, tais elementos foram expulsos e localizados em pontos adequados, longe do contáto e do meio social” e sugere que o mesmo seja feito em relação à zona do meretrício em Caxias do Sul, algo que veio a se efetivar apenas na década de 1940. Uma das testemunhas masculinas do processo também aponta sugestão semelhante, dizendo que “Acha que as autoridades deveriam, de qualquer forma acabar, acabar com esses abusos, fazendo com que ‘Suzi’ vá para outras paragens, onde não incomode famílias [...]”. Outra testemunha, dessa vez uma mulher, refere-se à questão relatando que “Torna-se mistér a ação energica das autoridades para a limpeza do local em referencia”. Essas passagens são emblemáticas pois, enquanto uma mulher levava a prática da prostituição como uma “sujeira”, as testemunhas masculinas, apesar de toda a contrariedade à questão não sugerem em momento algum que ela seja eliminada, mas sim que apenas troque de lugar.

Em notícia intitulada Defendendo a Familia Caxiense, do Jornal O Momento, essa percepção sobre a prática da prostituição aparece novamente. Ao mesmo tempo em que se referem a ela como “um cancro social” também não sugerem a sua extinção mas sim “uma campanha de saneamento moral, procurando, em primeiro lugar, o afastamento das casas de tolerancia do centro da cidade”, colocando-se

também que se trata de “um mal infelizmente inevitável por completo” (27 de novembro de 1933, nº 41, p. 2).

Isso sugere que a prática do meretrício não era considerada um mal ou tabu tão grande como se pensa a partir dos trabalhos já produzidos a respeito da imigração italiana, onde se coloca a questão do suposta moralidade e honra do colono acima de tudo. Soihet, ao problematizar a questão da prostituição nas primeiras décadas do século XX, no Rio de Janeiro, aponta que ela era um problema “somente em seu estado de descontrole e desconhecimento”. A autora afirma que, em contraposição a esse mal, a prostituição também era vista como um “fato natural e social”. Natural porque “permitiria a realização do instinto sexual, necessidade inscrita no homem enquanto natureza.” Social porque era produzida “pela aglomeração humana, pelo funcionamento da sociedade, sendo modificada em suas características-intensidade, malignidade, pelo clima, leis, costumes, educação de cada país”(SOIHET, 1989, p. 203-204).

Por isso a necessidade buscada pelo Estado e pela Igreja de estabelecer leis e normas para controlar essa prática e o seu esforço não para exterminá-la, mas para transferi-la a regiões onde a classe alta e as “famílias de bem” não seria atingidas diretamente por sua imoralidade. A passagem em que a testemunha utiliza o termo “limpeza” também pode se referir ao movimento feito pelos médicos no início do século para combater a sífilis que se alastrava pela sociedade, trazida pelos homens que se envolviam com meretrizes e passavam a doença para suas esposas. (SOIHET, 1989, p. 201-202). É importante citar que o acesso a um médico não era universal, ainda hoje não o é, portanto a preocupação dos mesmos com o alastramento da doença aponta que ela chegava também até aqueles que tinham as condições necessárias para contratar um doutor.

Não há registros se a ré foi inocentada ou não, mas sabe-se que a mesma perdeu a propriedade no final do mesmo ano pelo não pagamento dos impostos, problema citado no próprio decorrer do processo<sup>23</sup>, e que acabou se mudando da

---

<sup>23</sup>Em certidão enviada pela Coletoria Estadual de Caxias do Sul, referindo-se a uma acusação feita por Ercília ao Secretário da Fazenda, consta que “Relativamente ao preço da penção, não é verdade. Trata-se de uma cafetina que tendo aportado nesta cidade, já pode, com o comércio ilícito, adquirir

cidade. (MATTÉ, 2008, p.134). Mott conseguiu, por meio de relatos orais, traçar parte do possível paradeiro dela após Caxias do Sul. Segundo uma entrevista com D. Maria Custódia Mucci, parente distante da família,

ela [Ercília] esteve presa aqui em São Paulo, esteve presa no Rio, esteve presa no Paraná e esteve presa no Rio Grande do Sul. Porque o DIP (sic) pegava não soltava mais; ela estava desesperada. Uma vez ela tentou se matar [...] ela foi interrogada durante a noite, sempre nua, sempre muito maltratada; porque o interrogatório dela todo girava sobre sexo, ninguém interrogava a opinião política dela, ninguém queria saber; só queriam saber o que ela pensava dos homens, os homens estavam muito machucados com a opinião dela [...] a visão que eles tinham é que ela era uma ameaça tremenda. Porque se ela levantasse as mulheres naquela época, eles tinham a impressão que iam derrubar o regime [...] ela mudou de nome e fugiu para o Paraná. Essa foi a última notícia que tivemos dela. (MOTTI, 1986, p. 99).

Esse relato aponta a possibilidade da escritora ter sido presa durante o período do Estado Novo, onde suas teses e ideias sobre a liberdade sexual das mulheres devem ter ido de encontro com a ideologia nacionalista de Vargas, onde a moral, os bons costumes, a fé e o trabalho eram propagados como valores essenciais da família e da nação.

Além do caso da Pensão Royal, a década de 1930 foi palco de inúmeros conflitos acontecidos em outras casas de tolerância que deram início a mais processos criminais. Um deles foi um homicídio acontecido na Pensão Salomé, em junho do mesmo ano em que foi inocentado o suposto réu, como divulgado pelas Notas Forenses do jornal A Época, “Impronunciando Teodoro Bressan, denunciado e processado como autor do homicídio de Osvaldo Pereira, fato ocorrido na casa de tolerancia denominada <Pensão Salomé>, nesta cidade, em dias do mez de Junho do corrente ano.” (15 de outubro de 1938, nº 3, p.3).

Quatro anos antes, o mesmo advogado autor da acusação contra Ercília Nogueira Cobra esteve envolvido indiretamente em outro conflito, dessa vez como testemunha secundária, ocorrida na mesma Pensão Salomé, entre correspondentes

---

propriedade, sendo elemento prejudicial á sociedade. Ultimamente, por ter esta coletoria exigido o pagamento de impostos atrasados, vem procurando desmoralizar a ação fiscal com cartas anonimas enviadas aos poderes publicos, provocando até a vinda a esta cidade de um emissario secreto para sindicarem em torno das acusações por ela levantadas, tendo o referido enviado verificado a improcedencia de tais acusações.” (CMRJU/IMHC/UCS, 1938, processo 17, caixa nº 2C).

do jornal O Momento e Correio do Povo, comerciantes locais e investigadores da polícia.

Essa Pensão era dirigida por uma mulher de nome Hermínia Marmours, vinda do Rio de Janeiro, de origem judaica, que “provavelmente trabalhou na zona do meretrício carioca. Onde depois de acumular certo capital, veio a Caxias abrir sua própria casa, que contava também com diversas *polacas*. (MATTÉ, 2008, p. 130, grifo do autor).

Segundo o relatório policial,

Na noite de 4 de Fevereiro último, pelas vinte e quatro horas, mais ou menos, davam entrada na casa de tolerancia, conhecida por “Pensão Salomé”, nesta cidade, J. B. P., D. C., V. B. e D. P. R., com a intenção de se divertirem.

Alí já se encontravam, entre mulheres da vida facil, A. J. C., V. M., C. F., J. A. N. M., P. U., e talvez outros como F. S. F., cujo nome não aparece nesta inquerito.

Diz-se que o grupo do qual fazia parte, J. B. P., entrou em algazarra, estando D. C., pelo menos, um tanto alegre, ou levemente embriagado.

Sentaram-se a uma mesa e continuaram com a algazarra notada, particularmente, de parte de D. C. que chamava Salomé de ‘puta’ e exigia cerveja em grande escala.

Foi nessa ocasião que surgiu um incidente entre pessoas desse grupo e os investigadores D. R. e F. F., havendo bate boca e protestos pela presença da polícia.

Dada a atitude conciliatoria de pessoas presentes e do sr. F. B., que chegava naquele momento, o incidente deu-se por terminado, sem ofensas nem prisões. (CMRJU/IMHC/UCS, 1934, processo 8, caixa n° 12D).

Como aparenta o relatório, o conflito poderia ter se encerrado ali, como uma simples briga de bar, fruto “de uma irreflexão e da cerveja”, sem ter iniciado um processo. Porém, um dos envolvidos, J. B. P., escrivão da Coletoria Estadual da cidade, sentindo-se ofendido com a atitude dos investigadores resolveu tornar público suas reclamações ao escrever uma nota no jornal Correio do Povo<sup>24</sup>, de Porto Alegre, com ampla circulação em Caxias, acusando os mesmos de arbitrários, brutais, desrespeitosos e “com ares de valentia”, ao faltarem eles “ao respeito que

---

<sup>24</sup>8 de março de 1934, p. 1.

mereciam pessoas de destaque”. Essa utilização de adjetivos indicando algum tipo de superioridade dos sujeitos envolvidos se repete muitas outras vezes, ao se referirem a eles, por exemplo, por pessoas com “recomendações”, ou de grande “responsabilidade” ou “representação social”.

A citada publicação resultou na abertura de um inquérito para averiguar as atitudes dos delegados de polícia, comprovando-se posteriormente “Que no incidente referido pelo Correio do Povo, na Pensão Salomé, os investigadores mencionados se conduziram com lisura e honestidade, prudencia e correção”, além de “disciplina moralidade e respeito, concientes de suas funções”. Esses termos mostram em parte os ideais de moralidade e honra esperados do setor masculino da sociedade, associando-se o respeito e a assiduidade com o que seria o homem ideal. Isso se mostra presente também na repreensão feita pelo sub-chefe da polícia, que aponta que “os srs. D. C. e J. B. P. portaram inconvenientemente na pensão aludida, sendo passíveis de severa censura, tanto mais que o primeiro é um funcionario público do Estado e o segundo um cidadão casado e com relações no comercio desta praça”.

O problema não era, portanto, a presença dos mesmos em uma casa de tolerância, mas sim a sua atitude espalhafatosa no bar ao solicitar mais cerveja e mesmo o modo como estavam tratando a dona da Pensão, como aponta o depoimento de J. B. P., que “Quando D. falava com Salomé ouviu o investigador [...] dizer a D. que ‘quem surra uma mulher aqui apanha tambem’.” Essa passagem faz contraste com a visão que se tem posteriormente das mesmas mulheres envolvidas na cena, quando J. B. P. acusa o delegado de ser imparcial em seu inquérito ao inocentar os investigadores, por ter ouvido como testemunhas algumas prostitutas<sup>25</sup>. Essa relação de gênero expõe os contrastes a que passavam as mulheres, sejam elas meretrizes ou não, ora vistas como vítimas, indefesas e frágeis, ora como transgressoras, imorais e desonradas.

---

<sup>25</sup>Nesse trecho é interessante a resposta dada pelo delegado, que coloca que “Verdade que algumas [das testemunhas] são prostitutas, mas, infelizmente J. B. P. se achava numa casa de prostitutas. Mas ha gente seria [...]”(CMRJU/IMHC/UCS, 1934, processo 8, caixa n° 12D). Vemos novamente essa relação ambígua, entre a normalidade com que a prostituição é representada em alguns momentos e a sua estigmatização, quando assim convém.

Segundo Luiza Iotti e Daysi Lange,

os processos judiciais ajudam a identificar a complexidade das relações sociais que foram criminalizadas pelo Poder jurídico. O olhar avaliativo do Judiciário marginalizou a mulher no papel de vítima e/ou de transgressora, reforçando a ideia de família conjugal e de moral patriarcal permeada por valores, como obediência, a sujeição e o respeito à hierarquia dos papéis sexuais destinados a homens e mulheres na sociedade da época. (IOTTI; LANGE, 2013, p. 152).

Essa marginalização impede as mulheres de serem vistas como sujeitos históricos atuantes na sociedade, porque lhes relega sempre um papel secundário, de mãe, esposa, filha, ou objeto (no caso da prostituição) de alguém. No decorrer do processo, são citados novos ataques feitos por J. B. P. à polícia local, principalmente através de publicações no Correio do Povo e no jornal O Momento, contra os quais abre-se contra ele um novo inquérito acusando-o de calúnia e injúria.

No Caxias Jornal, observa-se outro ponto de vista sobre esse mesmo incidente mostrado no processo, onde a história aparece em forma de crônica, colocando-se que

Rapazes conhecidos, e talvez boemios mesmo, levados pela algazarra ensurdecidora do carnaval, num momento de entusiasmo, e quiçá de irreflexão, dirigiram-se ao antro imundo, perigoso e comprometedor de Herminia Marmor, velha decaída que atende pelo nome de Salomé e aqui assentou a sua <tenda> de cafen de escravas brancas. [...] Vai dahi que a rapaziada boemia, mas pacata e bõa, atraída pelo jazz convidativo do salão de casaes da <madame>, resolveu passar umas horas, sorvendo a boa cerveja e apreciando o rodopiar das <borboletas> importadas por <madame> que ali esvoaçam a noite todinha [...]. Lá pelas tantas, destaca-se um folgazão que fazia parte do grupo [provavelmente D. C.] e dirigiu a <madame> *pesadas* caçoadas. Foi o bastante. <Madame> julgando-se ofendida, desrespeitada, desacatada e até ameaçada, vai ao telefone e zàs. Grita pela a policia. Esta não se fazendo esperar, ali dava entrada momentos depois. Treis investigadores se apresentavam, circunspectos e ameaçadores às ordens de <madame>...[...] (14 de março de 1934, nº 94, p. 1).

Aqui pode-se ver uma visão sobre o conflito muito mais concordante com o ponto de vista dos “rapazes”, apesar de não citar-se o nome deles, do que da ação policial, referindo-se em tom jocoso às atitudes dos mesmos, como se estivessem apoiando a presença e a autoridade da meretriz. Questionasse muito pouco a atuação de J. B. P. e D. C. no local, dando a impressão até mesmo de que se referem a jovens inexperientes e não a um funcionário público do Estado e alguém

de grande “representação social”, enquanto que a atitude de Salomé, ao reivindicar ordem e respeito dentro de um espaço que era legitimamente seu, mesmo sendo uma casa de tolerância, causa desconforto e revolta.

Em notícia do jornal A Época, coloca-se, também, a situação problemática que enfrentava a cidade com a presença de menores em casas de diversões afirmando-se que,

Assim sendo o Delegado de Policia deste Municipio ja se comunicou com os proprietarios de cinemas, clubes recreativos, salões publicos, casas de tolerancia, bilhares, cafés etc. recomendando plena observancia aos dispositivos do Codigo de Menóres, sob as penas da lei. (23 de outubro de 1938, nº 4, p. 4)

Percebe-se novamente uma certa indulgência ou normalidade na referência feita às casas de meretrício como uma casa de diversões qualquer, mesmo apesar dos conflitos e tabus que a rodeiam em outras situações, demonstrando a situação ambígua que atingia essa prática.

Esse contraste aparece em outras situações, como a diferença de discurso na publicação de duas notícias de ataques à meretrizes, uma em 1936 e outra em 1937. Na primeira, relatasse o crime de um soldado de nome José Paim, que

“teria atirado com arma de fogo na direção de sua amante, a prostituta Eulália Custódia, provocando grave ferimento no pescoço. O crime aconteceu na Pensão Alvina, localizada na Rua Marquês do Herval, zona do meretrício central de Caxias do Sul.” (MATTÉ, 2008, p. 135).

A agressão teria acontecido por conta de uma crise de ciúmes do réu, porém, apesar do ferimento grave, o mesmo foi inocentado por ter acusado a prostituta de ter problemas mentais e ter provocado o crime, fazendo-se, inclusive exame de sanidade nesta. (17 de fevereiro de 1936, nº 157, p.1). Já em 1937 ocorre, dessa vez, um assassinato, envolvendo uma prostituta e outro soldado do exército, de nome Arlindo Cardoso. Segundo a notícia intitulada “Um soldado do exército mata uma decaída a tiros de revólver”, na

Segunda-Feira, pela madrugada, Caxias presenciou um ato de profunda covardia e banditismo. Seriam pouco mais de meia noite quando o soldado Arlindo Cardoso do 9 BC dirigiu-se a uma casa de tolerancia à rua Borges de Medeiros, onde residia sua amante Laudelina Silva, depois de ligeira troca de palavras com a amazia,

prosta-a a tiros de revolver. (O MOMENTO, 8 de fevereiro de 1937, nº208, p. 4).

Aqui se percebe a repulsa por parte dos redatores do jornal pelo fato acontecido. Referem-se a ele como uma “covardia”, condenando a ação do soldado. Isso não indica, porém, que a prostituição passaria a ser encarada com naturalidade, já que a década seguinte foi a que travou maior luta para expulsar a zona de prostituição do centro da cidade.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Caxias do Sul, apesar de caracterizada como A Pérola das Colônias, local em que o trabalho e a religião eram extremamente valorizados, também contou em boa parte de sua história, como nos revelam as fontes, com uma zona central de prostituição, frequentada por pessoas de considerado destaque social, onde as concepções de honra e moral femininas e masculinas eram construídas, reconstruídas e desconstruídas.

Às mulheres se esperava o papel de mães, esposas, filhas e irmãs, sempre submissas, sempre às ordens de um homem, recatadas, belas e honradas, um corpo controlado. Aos homens, o trabalho, o espaço público, a decisão na sociedade, a masculinidade e a força, a dominação, o controle. Separavam-se papéis muito rígidos, determinados por uma suposta natureza do sexo, a que ambos deveriam se sujeitar. A prática da prostituição em Caxias do Sul, mostra as contradições e ambiguidades a esses ideais, seja na liberdade sexual e liberdade do corpo, pregada por Ercilia Nogueira Cobra em seus livros e percebida na forma como a mesma agia e vivia em sociedade, seja nas contravenções praticadas pelos homens que usufruíam desse mercado.

As representações criadas pelo judiciário e pela imprensa caxiense sobre os envolvidos nos remetem ora a mulheres transgressoras, desonradas e imorais, que iam contra os ideais da família, da religião católica e dos bons costumes, ora à vítimas da situação, visão que persiste mesmo na atualidade. Quanto aos homens, nos dão a entender que a prática da prostituição não era exatamente um problema, já que não coloca-se sobre eles os mesmos pesos sociais a que as mulheres eram submetidas, mas sim é entendida como algo natural do sexo. A calúnia, a injúria e o desrespeito eram muito mais problemáticos do que a prática em si.

Essas representações nos ajudam a reconstruir as concepções de moral e honra que rodeavam aquela sociedade, buscar suas raízes e consequências, contrariedades e contravenções, assim como perceber a complexidade que permeia as relações sociais e as relações de gênero, entendendo os papéis destinados aos

homens e mulheres como construções de cada época, criadas, mantidas e legitimadas pelas instituições da sociedade civil, principalmente a escola, a família e a legislação.

Além disso, também se tornam fontes importantíssimas para se pensar a condição feminina na sociedade e as formas utilizadas pelo patriarcalismo para legitimar a sua suposta invisibilidade social. Mulheres são tão sujeitos históricos quanto os homens, pois fazem parte da mesma engrenagem social, mesmo apesar de todo o silenciamento e repressão, portanto não podem mais ficar relegadas a um papel secundário, como mães, esposas ou filhas de alguém, à sombra da história.

Para isso, é extremamente importante a preservação dessas fontes e a continuação de pesquisas e publicações que deem voz a essas mulheres, e permitam que as novas gerações não mais se sintam submetidas a esses valores e tradições conservadoras, que as obrigam a se manter sempre atrás de um papel rígido do que é ser mulher. A história é movimento, que elas também possam ser.

## 6. FONTES CONSULTADAS

Processos criminais (Centro de Memória Regional do Judiciário - Instituto Memória Histórica e Cultural - Universidade de Caxias do Sul):

Processo judicial nº 08, presente na caixa 12 D, de 1934. CMRJU/IMHC/UCS.

Processo judicial nº 17, presente na caixa 2C, de 1938. CMRJU/IMHC/UCS.

Fontes de Imprensa (Centro de Memória - Câmara Municipal de Caxias do Sul)

A luneta (1933).

Caxias Jornal (1933-1934).

Jornal A época (1938-1939).

Jornal O Momento (1933-1939).

## 7. REFERÊNCIAS

ARIOLI, Alberto. *Cabedelo: a odisseia de uma vida*. Caxias do Sul: Quatrilho Editorial, 2012.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. 3º ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2016, p. 9-95.

BILHÃO, Isabel Aparecida. *Identidade e trabalho: análise da construção identitária dos operários porto-alegrenses (1896-1920)*. Tese (Doutorado) - Programa de Pós-Graduação em História, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2005. p. 16-175. Disponível em: <https://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/5832/000521033.pdf?sequence=1>. Acesso em: 30/10/2018.

BRASIL. *Código Administrativo do Município de Caxias*. Caxias do Sul: Typ. Mendes, 1922.

BRASIL. Código Civil. *Código civil quadro comparativo 1916/2002*. Brasília: Senado Federal, Subsecretaria de Edições Técnicas, 2003.

COLLING, Ana. *A construção Histórica do Feminino e do Masculino*. IN: STREY, Marlene N.; CABEDA, Sonia T Lisboa; PREHN, Denise Rodrigues (orgs). *Gênero e cultura: questões contemporâneas*. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2004. Coleção Gênero e Contemporaneidade, p. 13 - 38.

DA CANAL, Sandra; WENCZENOVICZ, Thaís Janaina. *Máscaras do corpo: do costume à moral*. Passo Fundo: Méritos, 2012.

FAUSTO, Boris. *História do Brasil*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1996, p. 243-395.

GOMES, Fabricio; IOTTI, Luiza. A paixão como atenuante: crimes passionais em Caxias do Sul nos anos 30 (séc. XX). Caxias do Sul: *MÉTIS: história & cultura* – v. 11, n. 21, p. 261-279, jan./jun. 2012.

GRINBERG, Keila. *A história nos porões dos arquivos judiciais*. IN: PINSKY, Carla B. LUCA, Tania R. (orgs). *O historiador e suas fontes*. São Paulo: Contexto, 2009, p.119-

INST. PATRÍCIA GALVÃO. Dossiê Violência contra as Mulheres: *Violência doméstica e familiar*. Disponível em: <http://www.agenciapatriciagalvao.org.br/dossie/violencias/violencia-domestica-e-familiar-contra-as-mulheres/>. Acesso em: 01/11/2018.

INST. MEMÓRIA HISTÓRICA E CULTURAL. *Centro de Memória Regional - Caxias do Sul - CMRJU/UCS*. Disponível em: <https://www.ucs.br/site/instituto-memoria-historica-e-cultural/centro-de-memoria-regional-do-judiciario/>. Acesso em: 13/09/2018.

IOTTI, Luiza Horn; LANGE, Daysi. Processos judiciais e práticas de gênero no Judiciário: estudo de caso a partir de um Processo de Danos, Caxias do Sul, 1942. *MÉTIS: história & cultura*, v. 12, n. 23, p. 139-153, 2013.

LANGE, Daysi. Amásias, esposas e prostitutas: da situação de vítimas ao papel de transgressoras. *MÉTIS: história & cultura* - v. 11, n. 21, p. 315-326, jan./jun. 2012. Disponível em: <http://www.ucs.br/etc/revistas/index.php/metis/article/view/2082>. Acesso em: 12/07/2018.

LONGUINI, Mayara Ferrari; ANJOS, Larissa Dias Puerta dos; FORTES, Diego Monteiro de Arruda. O desenvolvimentismo de Vargas e o desenvolvimento sustentável: um ensaio sobre uma possível transição. Anais do VII CONBRADEC - Congresso Brasileiro de Direito Empresarial e Cidadania. *Revista Percurso*, Curitiba, v. 3, n.º. 22, 2017, p. 104-109.

LUCA, Tania Regina de. *História dos, nos e por meio dos periódicos*. IN: PINSKY, Carla Bassanezi (org.). Fontes históricas. São Paulo:Contexto, 2008, p.111-153.

LUZ, Alex Faverzani da; FUCHINA, Rosimeri. *A evolução histórica dos direitos da mulher sob a ótica do Direito do Trabalho*. II Seminário Nacional de Ciência Política, UFRGS, Porto Alegre, 2018. Disponível: <http://www.ufrgs.br/nucleomulher/arquivos/artigoalex.pdf>. Acesso em: 30/10/2018.

MACHADO, Maria Abel. *Construindo uma cidade: história de Caxias do Sul, 1875-1950*. Caxias do Sul: Maneco Livraria & Editora, 2001.

MATTÉ, Aline Karen. *Prazeres Velados e Silêncios Suspirados: sexualidade e contravenções na Região Colonial Italiana*. 167 f. Dissertação (Mestrado) - Curso de História, Programa de Pós-graduação, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2008. Disponível em: <<http://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/2264>>. Acesso em: 12/07/2018.

MAZZIEIRO, João Batista. Sexualidade Criminalizada: Prostituição, Lenocínio e Outros Delitos - São Paulo 1870/1920. *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 18, n. 35, 1998. Disponível em: [http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci\\_arttext&pid=S0102-01881998000100012](http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-01881998000100012). Acesso em: 12/07/2018.

MOTT, Maria Lúcia de Barros. Biografia de uma revoltada: Ercila Nogueira Cobra. Fundação Carlos Chaga. *Cad. Pesq*, São Paulo, (58), p. 89-104, agost. 1986.

Disponível em: <http://publicacoes.fcc.org.br/ojs/index.php/cp/article/view/1323>. Acesso em: 12/12/2018.

NADER, Maria Beatriz (org.). *Gênero e racismo: múltiplos olhares*. Vitória: EDUFES, 2014, p.15 - 41.

ONUBR, Nações Unidas no Brasil. *ONU: Taxa de feminicídios no Brasil é quinta maior do mundo; diretrizes nacionais buscam solução*. Publicado em 09/04/2016. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/onu-femicidio-brasil-quinto-maior-mundo-diretrizes-nacionais-buscam-solucao/>. Acesso em: 01/10/2018.

OLIVEIRA, Tássia Tavares de. *Mulheres e modernismo: a autoria feminina na história literária brasileira*. Anais do II colóquio Internacional Literatura e Gênero. Teresina: 2014, p. 1-13. Disponível em: [s3.amazonaws.com/icilg\\_meueventoweb/ckeditor\\_assets/attachments/100/tassia.pdf](https://s3.amazonaws.com/icilg_meueventoweb/ckeditor_assets/attachments/100/tassia.pdf). Acesso em: 30/10/2018.

PAZ, Valéria Alves. Colégio São Carlos: *História de uma instituição escolar feminina em Caxias do Sul, RS (1936-1971)*. Dissertação (Mestrado) – Universidade de Caxias do Sul, Programa de Pós-Graduação em Educação, 2013. Disponível em: <https://repositorio.ucs.br/xmlui/bitstream/handle/11338/470/Dissertacao%20Val%C3%A9ria%20Alves%20Paz.pdf?sequence=1>. Acesso em: 10/10/2018.

PINSKY, Carla B; PEDRO; Joana Maria (Orgs.). *Nova História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2013.

PINTO, Céli Regina Jardim. Feminismo, História e Poder. *Revista Sociologia & Política*, Curitiba, v. 18, n. 36, jun. 2010, p. 15-23. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/v18n36/03.pdf>. Acesso em: 13/10/2018.

PRADO, Danda. *O que é família*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

SCHUELER, Alessandra Frota Martinez de; MAGALDI, Ana Maria Bandeira de Mello. Educação escolar na Primeira República: memória, história e perspectivas de pesquisa. *Revista do Departamento de História da UFF*, Rio de Janeiro, v. 26, p. 32-55, 2009.

SCOTT, Joan. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. *Educação & Realidade*, v.20, n.2, jul./dez. 1995, p.71-92. Disponível em: [https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod\\_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf](https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/185058/mod_resource/content/2/G%C3%A9nero-Joan%20Scott.pdf). Acesso em: 11/10/2018.

SCOTT, Joan. História das Mulheres. In: BURKE, Peter. *A escrita da história: novas perspectivas*. São Paulo: Editora da Universidade Estadual Paulista, 1992, p. 63 - 95.

SERAFIN, Rosângela Brum Ferreira. *O sufrágio feminino no Brasil: uma análise a partir das constituições brasileiras*. 108 f. Trabalho de Conclusão de Curso - Curso

de Graduação em Direito, Universidade do Sul de Santa Catarina, Florianópolis, 2012. Disponível em: [http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/108096\\_rosangela.pdf](http://pergamum.unisul.br/pergamum/pdf/108096_rosangela.pdf). Acesso em: 30/10/2018.

SOARES, Oscar de Macedo, 1863-1911. *Código penal da República dos Estados Unidos do Brasil* / Oscar de Macedo Soares; prefácio de Humberto Gomes de Barros. — Ed. fac-similar. — Brasília: Senado Federal, Superior Tribunal de Justiça, 2004.

SOIHET, Rachel. *Condição feminina e formas de violência: mulheres pobres e ordem urbana, 1890-1920*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1989.

STACCONE, Giuseppe. *Gramsci: Bloco Histórico e Hegemonia*. São Paulo: CPV, 1987.

TILLY, Louise A. Gênero, História das Mulheres e História Social. *Cadernos Pagu*, p. 29-62, 1994. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/1722>. Acesso em: 05/06/2018.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves; LEAL, Maria José Senra de Carvalho. Dos traços de pecadora aos modos recatados: a educação do corpo feminino. In: NADER, Maria Beatriz (org.) *Gênero e racismo: múltiplos olhares*. Vitória: EDUFES, 2008.

WYLLYS, Jean. Projeto de lei nº / 2012. *Lei Gabriela Leite*. Brasília,DF, 2012. Disponível em: [https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra?codteor=1012829](https://www.camara.gov.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1012829). Acesso em: 02/08/2018.